

1 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR

Tendo em vista a complexidade e a diversidade das ações executadas no âmbito da Presidência da República, este relatório foi elaborado agrupando as principais atividades realizadas pelos diversos órgãos que compõem a sua estrutura. Considerando que as ações de apoio administrativo objetivam prover a Presidência da República dos meios necessários para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, bem como possibilitar o assessoramento ao Presidente da República, fatores de fundamental importância no contexto da administração pública, incluem-se neste relatório as atividades de maior destaque empreendidas nessa área.

Advocacia-Geral da União

O Programa *Defesa Jurídica da União*, a cargo da Advocacia-Geral da União – AGU, tem como objetivo representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

A criação da Procuradoria-Geral Federal caracteriza uma inovação na gestão do sistema jurídico federal, que se vê, assim, aperfeiçoado para o desempenho de suas atividades em prol do interesse público. Além disso, propiciará à AGU, orientada pelos princípios da ética e da austeridade, maior controle do desempenho e das manifestações jurídicas de seus agentes.

A atuação judicial da AGU tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do país, à medida que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União perante diversos Tribunais, uma vez que, em apenas três ações, a AGU evitou um gasto de aproximadamente R\$ 111,0 bilhões de reais aos cofres públicos, conforme se demonstra a seguir.

Em uma ação dos mutuários contra instituições financeiras privadas, discutia-se, perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ, se o índice de reajuste das prestações da casa própria seria o BTNF ou o INPC. A AGU atuou informalmente, já que a União não era parte no processo, defendendo a tese de que o índice apropriado é o INPC, uma vez que, caso a decisão do STJ fosse pelo BTNF, provavelmente haveria uma enxurrada de ações contra a Caixa Econômica Federal, a maior instituição de financiamento habitacional. O STJ acolheu a tese da AGU, o que possibilitou uma economia de cerca de R\$ 70,0 bilhões de reais para o Governo, além de ter evitado a propositura de milhares de ações judiciais, o que atravancaria, ainda mais, o Poder Judiciário.

Em um outro caso, foi julgada ação no Supremo Tribunal Federal que impediu a empresa Nutriarca Alimentos de receber o crédito de um IPI fictício sobre insumos tributados à alíquota zero, adquiridos pela empresa. A AGU atuou nesse processo, obtendo êxito na tese de que não era possível crédito de IPI fictício. A estimativa era de que uma decisão contrária provocaria um prejuízo de cerca de R\$ 21,0 bilhões de reais aos cofres públicos.

Em uma outra ação, movida contra o INSS, o Supremo Tribunal Federal - STF acolheu a tese da AGU/PGF de que o índice de correção dos benefícios do INSS é o INPC. Caso fosse o IGP-DI, como pleiteavam os beneficiários, o prejuízo previsto para os cofres públicos seria de aproximadamente R\$ 20,0 bilhões de reais.

Na Justiça Federal de primeira e segunda instâncias de todo o país, a AGU tem obtido constantes e significativas vitórias para a União, gerando expressiva economia para o Tesouro. Apenas neste ano, o valor das execuções judiciais movidas contra a União foi de cerca de R\$ 8,6 bilhões, dos quais a AGU impugnou, por meio do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União, cerca de R\$ 6,1 bilhões, que ora estão submetidos à apreciação judicial.

Além de evitar que a União despenda judicialmente recursos além dos efetivamente devidos, a AGU moveu, em favor da União, execuções no valor aproximado de R\$ 244,9 milhões, tendo sido recolhidos aos cofres públicos cerca de R\$ 33,1 milhões, segundo informações da Secretaria da Receita Federal, não estando contabilizados nesses valores os arrecadados em virtude de execuções movidas pelo INSS, INCRA, BACEN e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Relevante contribuição para o equilíbrio econômico-financeiro da Previdência Social – uma das grandes preocupações do atual Governo - tem sido alcançada pela Procuradoria Especializada do INSS, órgão da Procuradoria-Geral Federal, que tem conseguido evitar uma das grandes evasões da receita previdenciária,

decorrente do fato de que em milhares de ações trabalhistas as decisões de mérito ou acordos homologados em juízo classificavam as verbas pagas aos trabalhadores reclamantes como indenizatórias, descaracterizando-as, assim, como fato gerador da incidência de contribuições previdenciárias. A atuação firme e constante da AGU/PGF tem conseguido reverter esse quadro, já tendo obtido para os cofres públicos uma arrecadação de cerca de R\$ 796,1 milhões, o que, inequivocamente, contribui para diminuir o *déficit* da Previdência Social.

A atuação judicial da AGU não se restringe a ações que podem ser traduzidas em números, como as acima citadas. A atuação em defesa das políticas governamentais é tão ou mais importante do que as que têm uma face financeira visível, uma vez que permite a implementação de programas de Governo, como é o caso, por exemplo, das informações prestadas pelo Advogado-Geral da União nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade movidas contra a Medida Provisória nº 131 (Transgênicos), que encontram-se pendentes de julgamento. Outro exemplo emblemático se deu na ação em trâmite no Supremo Tribunal Federal acerca do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte na região da Volta Grande do Xingu, no Estado do Pará, em que a União, por meio da Advocacia-Geral da União, requereu, em 5 de março de 2003, a suspensão do feito até que os Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia manifestem a nova orientação política do governo federal sobre o assunto, o que foi acatado pelo Relator do processo, Ministro Marco Aurélio.

Como exemplo da contribuição da atuação consultiva da AGU para a democratização do Estado, é relevante destacar o Parecer Nº AGU/JD-1/2003, publicado no D.O.U. de 23 de outubro de 2003, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República - vinculante para a Administração Pública Federal - que possibilitou uma interpretação do art. 6º da Lei nº 10.559, de 2002, de forma mais abrangente e benéfica para os militares anistiados, especialmente no que se refere às promoções a eles asseguradas.

Uma das grandes inovações na gestão da Advocacia-Geral da União foi a criação de Comissões Temáticas com a finalidade de integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma a que possam ser prevenidos litígios, por meio da manifestação da área consultiva da Instituição, uniformizando o entendimento da Administração sobre determinado assunto, além de possibilitar a eventual redução das demandas judiciais já existentes, por meio de edição de súmulas administrativas e orientações normativas que permitam a desistência de processos e a não interposição de recursos, promovendo, inclusive, maior contato com outros Ministérios, órgãos e instituições públicas e privadas, sempre buscando o domínio das questões.

Foram criadas onze Comissões Temáticas, a saber: Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público – CPDP; Comissão de Infra-Estrutura – CIE, Comissão de Assuntos de Servidores Públicos – CASP, Comissão de Assuntos Indígenas – CAI, Comissão de Direitos Humanos – CDH, Comissão de Análise de Atos da Administração – CAPF; Comissão de Ações da Seguridade Social – CASEG; Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Urbano e Reforma Agrária – CDRA; Comissão de Assuntos de Defesa do Estado e Segurança Pública – CADESP; Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Social – CADES; e Comissão de Coordenação de Assuntos Internacionais – CCAI.

A AGU, como instituição, consolidou a sua atuação de mediadora dos conflitos jurídicos no Governo e assumiu uma posição estratégica em momentos críticos e, em alguns momentos, assumiu o ônus de decisões polêmicas e se colocou como foco, para amenizar possíveis pressões contra outros órgãos do Governo. Como exemplos dessa situação, podem ser citados: a polêmica sobre o Estatuto dos Torcedores, o reajuste de 41,75% nas tarifas telefônicas e transgênicos, em que a AGU chamou a si a responsabilidade pela resolução das referidas situações.

Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

A gestão da comunicação de governo pautou-se pelos princípios de eficiência no gerenciamento dos recursos públicos, direito social à informação, transparência e prestação de contas à sociedade. A partir de 2003, os ministérios passaram a gerir exclusivamente recursos de publicidade de utilidade pública, enquanto a Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica – SECOM, centralizou os recursos orçamentários destinados à publicidade institucional. Essa medida criou as condições necessárias para a realização de ações de comunicação melhor estruturadas, capazes de repercutir de maneira mais adequada os atos, programas e ações desenvolvidos pelo Poder Executivo Federal.

Observa-se a melhor articulação do processo de comunicação das políticas públicas, entre os órgãos do Governo e as empresas estatais, a exemplo do que ocorreu nas campanhas de Crédito Agrícola, Microcrédito, Bolsa Família, Luz para Todos e Pan-americano 2003. Buscou-se, também, contemplar aspectos da

transversalidade das ações, a exemplo das campanhas do Plano Plurianual 2004-2007, Merenda Escolar e Registro de Nascimento.

As comemorações cívicas e a participação do Brasil em grandes eventos do esporte mundial ganharam nova abordagem, que buscou criar uma festa mais próxima da população, a exemplo do 7 de Setembro e dos resultados obtidos pelos atletas brasileiros no Pan-americano. Destaque também para os materiais de comunicação produzidos para as viagens presidenciais, em apoio às ações de inserção soberana do Brasil no exterior.

O conteúdo da comunicação publicitária tornou-se mais apropriado às características de anunciante público, com especial atenção para o uso de linguagem adequada ao público-alvo, a utilização de elementos visuais que contemplem a diversidade étnica e cultural brasileira, a inclusão de cidadãos de ambos os sexos e de pessoas de todas as idades. Foi introduzida uma marca institucional distintiva – “Brasil. Um País de Todos” – coerente com os propósitos do Governo e capaz de convergir a atenção dos públicos, no Brasil e no exterior, para as ações de comunicação.

O exame prévio, pela SECOM, das ações publicitárias realizadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal tem permitido a harmonização das políticas de governo na comunicação, o estabelecimento de parâmetros de negociação de mídia, a negociação unificada dos espaços publicitários e a otimização do investimento dos recursos públicos, que resultou em ganho negocial médio de 28%, quando comparados com os descontos médios praticados em 2002. Na avaliação de custos das planilhas de autorização de produção publicitária encaminhadas à SECOM, as ações correspondentes a R\$ 21 milhões foram submetidas ao cotejo com os preços praticados no mercado, o que propiciou redução de custos de 11,7%.

Para aprimorar o processo de comunicação com a sociedade via Internet, teve início o trabalho de reestruturação do Portal do Governo Brasileiro (www.brasil.gov.br), que vai resultar, com a fusão do Rede Governo (portal construído pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), num portal único de acesso aos usuários que buscam informações sobre o País e os serviços governamentais. Além de otimizar a presença do Governo na Internet e facilitar o acesso aos cidadãos e usuários, o novo portal vai consolidar a posição de destaque do Brasil no ranking mundial de governo eletrônico. Também está em curso a reestruturação do sítio da Presidência da República na Internet, www.presidencia.gov.br.

O serviço Fale com o Governo também foi aperfeiçoado. Disponível no sítio da Presidência da República e no Portal do Governo Brasileiro, responde a pedidos de informações e encaminha solicitações de serviços, sugestões, críticas e reclamações dos cidadãos. Em 2003, foram atendidas 60 mil mensagens. O serviço passou a oferecer a possibilidade de busca numa Base de Informações. O objetivo é dar ao cidadão a opção de procurar a resposta para a sua consulta antes mesmo de enviar uma mensagem.

Foram definidas, por meio de um seminário de planejamento estratégico, as diretrizes para os sítios e serviços on-line do Governo na Internet. A SECOM coordena o Comitê Técnico de Gestão de Sítios e Serviços On-line no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, que reúne representantes de cerca de 40 órgãos do Poder Executivo Federal. As diretrizes definidas servem como orientação para os mais de 250 sítios na Internet.

A atuação da SECOM na esfera da imprensa foi estruturada dentro de quatro eixos: articulação com o núcleo de comunicação do Governo na análise e tomada de decisões envolvendo temas e ações de governo difundido na opinião pública; orientação estratégica aos Ministérios, no sentido de alertas, condução, prevenção de crises e noticiário proativo; treinamento das fontes do Governo e qualificação dos assessores e desenvolvimento de serviços de sinopses sobre o noticiário da imprensa.

As temáticas e preocupações comuns envolvendo os integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal foram amplamente debatidas nos Fóruns de Assessores, reuniões mensais que permitiram a unificação de discursos e a disseminação de iniciativas e instrumentos bem sucedidos na comunicação de governo.

No âmbito do Programa de Aperfeiçoamento em Comunicação de Governo, foram realizados cursos e seminários destinados à reciclagem e atualização de conhecimentos. Com apoio da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, a SECOM ofereceu o Curso de Atualização em Comunicação de Governo, o Seminário de Abertura do Programa de Aperfeiçoamento em Comunicação de Governo/Seminário Gestão de Comunicação e o MBA à Distância - Comunicação Organizacional.

Ao lado da qualificação dos assessores e técnicos de comunicação, foram desenvolvidos cursos específicos para maximizar as oportunidades de relacionamento com a Imprensa: 46 integrantes do Governo Federal (sendo 5 Ministros de Estado) participaram do treinamento Como Lidar com a Imprensa, oferecido pela SECOM em parceria com a Petrobras.

O boletim eletrônico “Em Questão”, lançado no dia 8 de abril, teve 143 edições normais e quatro especiais abordando os temas em pauta no País, diretamente relacionados ao Poder Executivo Federal. Seu objetivo é aproximar o Governo de parlamentares, governadores, prefeitos, organizações da sociedade civil, servidores públicos e pessoas interessadas em conhecer as ações de Governo. Além da distribuição via correio eletrônico para mais de 60 mil assinantes, o boletim tem tiragem impressa de 500 exemplares, encartados na Mídia Impressa, distribuída pela RADIOBRÁS.

Os serviços de sinopses foram ampliados e hoje são produzidos os resumos do noticiário de rádio, televisão, imprensa regional e internacional, disponibilizados diariamente nas primeiras horas da manhã.

A SECOM vem trabalhando para transformar os atos e ações envolvendo o Presidente da República em eventos que possibilitem um canal de informações e participação da sociedade civil, de acordo com seu real significado. As viagens do Presidente da República no País também foram alvo de mudanças, para que esses eventos passassem a permitir maior participação e envolvimento com a comunidade local. A utilização de espaços em feiras e exposições também se revelou iniciativa importante para ampliar a visibilidade das ações de governo, com divulgação dirigida a segmentos sociais específicos, além de estimular parcerias.

A Secretaria realizou os trabalhos de concepção e administração da aplicação da identidade visual do Governo Federal na Internet, coordenou os projetos de publicação da Mensagem ao Congresso Nacional 2003 e dos Discursos do Presidente e cuidou da arquitetura da informação e do desenvolvimento dos sítios para *web* de diversos órgãos da Presidência da República.

O comitê temático, coordenado pela SECOM, examinou e aprovou 1.207 projetos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 344 milhões, que foram e/ou serão aplicados em patrocínios culturais e esportivos de interesse de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A execução dos projetos deverá proporcionar mais de 2.700 empregos diretos e, ainda, 1.100 estágios. Também foram aprovados 2.540 projetos de patrocínios das áreas ambiental, social, educacional e de turismo, além de eventos diversos, no total de R\$ 64 milhões.

A RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., vinculada à SECOM, é integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal. Atualmente opera quatro emissoras de rádio e uma Rede Nacional de Rádio por satélite no Brasil, uma quinta emissora que transmite quatro horas de programação diária para o continente africano, além de uma agência de notícias na Internet e dois canais de televisão, um a cabo para todo o Brasil e outro aberto, a TV Nacional de Brasília.

A Empresa ofereceu ampla cobertura dos fatos relacionados ao Governo Federal, ao Estado brasileiro e à vida nacional. Ao captar, editar e transmitir informação objetiva, cumpre o papel essencial de dar ao cidadão os elementos para que ele forme livremente a sua opinião e alcance dignamente o atendimento dos seus direitos. Informação objetiva é fator de inclusão social e política. Para a Empresa, conquistar credibilidade junto ao público é a melhor forma de dar legitimidade às instituições de governo. O ano foi marcado por algumas realizações que merecem destaque: a mudança de “A Voz do Brasil”, o lançamento do programa “Café com o Presidente”, a assinatura do convênio que permitirá a restauração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 2004, o fortalecimento da Rede Nacional de Rádio, o fortalecimento da Agência Brasil, a criação de novos serviços de *clipping*, o lançamento do programa de TV “Debate Nacional”, a ampliação da cobertura das viagens do Presidente da República, as parcerias com a BBC, a melhoria da Publicidade Legal e diversas mudanças administrativas.

“A Voz do Brasil”, o mais tradicional programa radiofônico brasileiro, reflete com perfeição os novos rumos trilhados pela RADIOBRÁS. Durante os vinte e cinco minutos destinados à cobertura do Poder Executivo, os ouvintes do Brasil recebem informações dinâmicas e objetivas, em que a prestação de serviços ao cidadão assume grande importância. Com a nova “Voz do Brasil”, o ouvinte finalmente tem a oportunidade de estabelecer elos entre os atos de governo e o seu cotidiano, ele é tratado como cidadão autônomo, inteligente e exigente. Isso traz qualidade ao noticiário, além de credibilidade às autoridades federais.

Desde 17 de novembro de 2003, o programa de rádio do Presidente representa novo canal de comunicação do Governo com o público. O Presidente discute, em linguagem simples e natural, os temas de

relevância para o Brasil. O programa, quinzenal, vem obtendo grande repercussão junto aos meios de comunicação, tendo seu conteúdo divulgado pelos maiores jornais e rádios do país.

Após trinta anos de abandono, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, centro do imaginário nacional entre os anos 40 e 70, será restaurada e revitalizada. Suas dependências físicas, hoje em ruínas, estão já em processo de reconstrução. Os transmissores serão renovados. A programação será redimensionada para atender as necessidades culturais e informativas do cidadão. Esse resgate, essencial à história do rádio brasileiro, pôde ser realizado por meio de convênio firmado com a Petrobras, no valor aproximado de R\$ 1,7 milhão. Em dezembro, foram instalados os canteiros de obras nas dependências da Rádio.

A Rede Nacional de Rádio por satélite é a maior rede voluntária de rádio do Brasil, reunindo 174 emissoras cadastradas que retransmitem regularmente a programação gerada via satélite pela RADIOBRÁS. Outras centenas de emissoras usam esse conteúdo eventualmente: essas 174 são aquelas que o aproveitam com regularidade diária ou semanal. Todo o jornalismo da Empresa e os principais programas das emissoras são disponibilizados no satélite, em sistema de sinal aberto, onde são ainda realizadas todas as convocações de rede obrigatória do Executivo, Legislativo e Judiciário Nacional, além da geração de campanhas institucionais e do sinal de “A Voz do Brasil”. A retransmissão é permitida a qualquer emissora de rádio brasileira, sem custo.

A RADIOBRÁS opera a Rádio Nacional AM de Brasília, direcionada para o jornalismo, prestação de serviços de utilidade pública e a cobertura esportiva; Rádio Nacional FM de Brasília, com programação cultural e jornalismo, e a Rádio Nacional da Amazônia, com programação voltada à educação, cultura e serviços de utilidade pública, destacando-se pelo conteúdo social. Além dessas três emissoras e da Rádio Nacional do Rio, a RADIOBRÁS inaugurou em 2003 emissora que transmite, em ondas curtas, quatro horas diárias de programação para o continente africano, buscando ali os ouvintes de língua portuguesa.

O novo visual gráfico da Agência Brasil, lançado em outubro de 2003, veio para refletir esteticamente o salto de qualidade no conteúdo produzido. O número de acessos ao sítio da agência (www.agenciabrasil.gov.br) é, atualmente, de sete milhões por mês, em média, o que representa aumento de cerca de 70% em audiência em relação a 2002. Esse número revela crescimento significativo em relação à média de acessos dos anos anteriores. Esse fenômeno se deve à nova orientação da Agência Brasil de produzir menos matérias, mas de maior qualidade. Todo o material jornalístico tem sido reproduzido, diariamente, por cerca de 320 outros sítios de notícias. O conteúdo veiculado passou a ser organizado por editorias temáticas: “Brasil Agora” (em tempo real); Economia; Política; Nacional; Ciência e Tecnologia; Fotografia e outras. Há também o Serviço Internacional de Notícias, com textos em inglês, espanhol e alemão. Reportagens especiais foram realizadas com grande sucesso, como a “Nova Geografia da Fome” no Brasil, que contou com o apoio do Banco do Nordeste e foi aproveitada por 21 veículos de comunicação, dentre os quais alguns dos maiores jornais brasileiros, ao longo de oito edições dominicais.

Criado em 9 de julho de 2003, o Centro de Imprensa foi o primeiro passo para organizar e sistematizar o fornecimento do conteúdo produzido pela Agência Brasil. Feito o cadastro, bastante simples, qualquer jornalista pode dispor de pautas, fotos, matérias especiais, além da agenda diária e de discursos do Presidente da República. Em menos de um mês de operação do Centro de Imprensa, foram registrados 1.457 cadastros. Atualmente, há 3.545 veículos e jornalistas cadastrados que reproduzem os conteúdos produzidos pela Agência Brasil. Somente a produção de fotos de coberturas relacionadas ao Poder Executivo e Congresso Nacional cresceu 59% em 2003. Essas imagens são quotidianamente publicadas em jornais de grande circulação.

A RADIOBRÁS iniciou o desenvolvimento de quatro *clippings* eletrônicos: Mídia Eletrônica (versão *on-line* da Mídia Impressa), o *Clipping* de Telejornais, o *Clipping* de Agências de Notícias na Internet e o *Radioclipping*. Esses produtos reúnem e disponibilizam, na internet, as informações de relevância, publicadas e divulgadas nos principais veículos de comunicação do País, para integrantes do Poder Público Federal e se destinam a abastecer a reportagem da RADIOBRÁS com dados prévios que melhorem a performance dos jornalistas na apuração de novas notícias. A “Mídia Impressa” reúne as informações de relevância para o Poder Público Federal publicadas nos principais jornais e revistas do País, contando atualmente com 370 assinantes. É entregue ao Presidente da República onde quer que ele esteja, seja no Brasil ou no exterior.

O programa televisivo de debates teve sua estréia em outubro de 2003. Produzido nos estúdios da RADIOBRÁS em co-produção com a TVE e com a TV Cultura de São Paulo, o “Debate Nacional” surge como alternativa para a discussão inteligente de idéias, estimulando o pluralismo de opiniões. Esse programa, segundo decisão já tomada em assembléia geral da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais passa a ser exibido em todas as emissoras públicas do Brasil a partir do início de fevereiro.

A RADIOBRÁS voltou a participar daquela Associação, parceria que tem um sentido prático e outro simbólico. O prático: a RADIOBRÁS passa a integrar a Rede Pública de Televisão, permitindo maior intercâmbio com emissoras de todos os estados brasileiros. O simbólico: fica reforçado o compromisso da RADIOBRÁS com a comunicação pública direcionada ao estímulo da pluralidade de visões.

O canal a cabo NBr concentrou-se na transmissão dos atos do Presidente da República e do Poder Executivo realizados em qualquer ponto do Brasil ou do exterior. Em conjunto com a TV Nacional, são, diariamente, 14 horas e 35 minutos de noticiário. Aos finais de semana, dois programas apresentam o resumo tanto das atividades do Presidente da República como dos agentes principais do Governo: a “Semana do Presidente” e “Notícias do Governo”. Foram produzidas e exibidas 1.031 entrevistas. Desse total, 722 foram ao ar no canal a cabo NBr e 309 na TV Nacional. Cerca de 68% dos entrevistados eram Ministros de Estado ou Secretários de Governo. Só de coberturas de atividades do Presidente da República foram 495 horas, com aumento de 41% em relação ao ano anterior. Essas imagens abastecem regularmente todas as emissoras de TV do Brasil em seus noticiários, e também são aproveitadas em emissoras do exterior.

A cobertura jornalística da RADIOBRÁS compreendeu 51 viagens nacionais e 18 internacionais do Presidente da República, num total de 250 horas, contra 160 horas em 2002. Durante as viagens, há o envio de conteúdos para todas as mídias da Empresa: emissoras de rádio e televisão e agência de notícias. A RADIOBRÁS inaugurou novo modelo de cobertura, ao acompanhar, a convite, vários ministros, em viagens de negócios, a países da América do Norte, Europa e Ásia. Com isso, proporcionou ao público estilo próprio de jornalismo, com reportagens de serviço e cidadania.

A partir de convênio firmado com a RADIOBRÁS, a BBC Brasil realizou dois *workshops* com o tema Responsabilidade Social em Coberturas Jornalísticas, voltados especialmente para profissionais da RADIOBRÁS. Os dois *workshops* foram ministrados em Brasília. Entre jornalistas e radialistas, 29 pessoas participaram do treinamento, o qual contou com palestra do Vice-Diretor Geral do Serviço Mundial da BBC.

Uma das atribuições da RADIOBRÁS é a distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal aos veículos de comunicação. O faturamento bruto da publicidade legal dos 1.060 anunciantes atendidos em 2003 foi da ordem de R\$ 60 milhões. A RADIOBRÁS incrementou o uso de rádio e televisão como veículos de publicidade legal, tendo o uso da mídia eletrônica crescido 1.417 % no ano. Também foram expressivos os descontos obtidos junto aos veículos, que beneficiaram os anunciantes e, enfim, os cofres públicos.

O ano foi ainda marcado por mudanças internas. Houve a implantação da Gestão Participativa da definição dos rumos da Empresa, o que significou a implantação de 17 Grupos de Trabalho, que foram incumbidos de elaborar planos estratégicos para diversas áreas. Planos editoriais e temas como novas oportunidades de aumento de receitas foram objetos do trabalho desses grupos. Todo o processo de mudança contou com a participação voluntária dos empregados, resultando em altos níveis de excelência e valorização profissional. No total, 148 pessoas participaram dos grupos e, de junho a dezembro, o público presente nas apresentações públicas para debates e sugestões somou 1.050 pessoas. Os projetos foram finalizados após intenso trabalho desenvolvido nas 414 reuniões executivas dos Grupos de Trabalho que muitas vezes invadiram os finais de semana num clima de envolvimento das equipes. Os projetos prontos dos grupos serão transformados em realidade no ano de 2004.

Os balanços mostram a diminuição de custos em várias frentes, evidenciando a preocupação da gestão da RADIOBRÁS em realizar uma administração responsável, mais produtiva, mais competitiva, mais horizontalizada e mais focada na prestação de serviço essencial ao cidadão brasileiro, que é a informação de qualidade.

A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, qualificada como organização social, absorveu as atividades da então Fundação Roquette Pinto, em 1997. Suas ações estão balizadas por contrato de gestão firmado com a União, supervisionado pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

A missão da ACERP é desenvolver programas educacionais, culturais e informativos, com o uso de sistemas integrados de rádio, de televisão e de novas tecnologias, mobilizando uma rede nacional de parcerias qualificadas e comprometidas com o acesso democrático à informação, com vistas à ampliação de conhecimentos, à educação e ao exercício pleno da cidadania. A ACERP opera dois canais abertos de televisão (a TVE-Rede Brasil do

Rio de Janeiro cujo sinal atinge todo o Brasil, por meio de satélite, e a TVE do Maranhão), três canais de rádio convencionais (Rádios MEC/RJ AM e FM e Rádio MEC/BSB) e um canal de rádio transmitido via satélite (Rádio MEC SAT).

A TVE-Rede Brasil lidera, juntamente com a TV Cultura em São Paulo, uma rede de emissoras públicas do País, alcançando cerca de 1.500 municípios, com uma clientela potencial estimada em 15,4 milhões de domicílios. Essas emissoras compõem cerca de 1.000 estações. A TVE-Rede Brasil também é veiculada em canal fechado, por meio das operadoras NET, SKY, TVA, Direct TV, Multicanal, Tecsat, e é captada pelas antenas parabólicas existentes em todo o País (cerca de 12 milhões).

A TVE-Rede Brasil operacionaliza e transmite diariamente, em canal fechado, 15 horas de programação da TV Escola/MEC, para todo o território nacional, atingindo aproximadamente 57 mil escolas públicas, 1,3 milhão de professores e 29 milhões de alunos. Em sua grade regular de programação produz e veicula o Salto para o Futuro, do MEC, programa ao vivo, diário, cujo objetivo é o aperfeiçoamento de docentes.

Entre as ações desenvolvidas em 2003, sobressaem a formatação de um novo projeto para a ACERP/TVE-Rede Brasil, resgatando seu conceito de emissora pública, e importantes mudanças introduzidas no modelo de gestão: elaboração de um planejamento estratégico; implementação da nova estrutura organizacional, aprovada pelo Conselho de Administração, imprimindo maior racionalidade à estrutura; redefinição do papel do Conselho de Administração; resgate da atuação colegiada da Diretoria e dinamização e responsabilização da atuação das gerências, assessorias e supervisões.

Grupo de Trabalho foi constituído para a investigação e estudo de projeto de pesquisa orientadora sobre a TVE-Rede Brasil. Realizou-se pesquisa qualitativa junto a faixas etárias e perfis distintos, com o objetivo de identificar a satisfação do telespectador e apontar caminhos para novas ações e projetos.

Está em curso a normalização da política de marketing da instituição, a partir de uma revisão geral dos contratos de produção independente, fortalecendo a atuação na busca de patrocínio e estabelecimento de diversas parcerias com empresas estatais para patrocínio de programas. Também foi elaborado um plano de negócios para garantir maior sustentabilidade empresarial.

Para promover maior inserção da ACERP em ações de responsabilidade social foram elaborados dois planos de ação referentes aos programas Fome Zero e Primeiro Emprego.

Diversas parcerias estratégicas foram estabelecidas, destacando-se as realizadas com a *National Geographic*, visando a veiculação de programas e a realização de co-produções; com a Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para a elaboração de projetos comuns de produção e divulgação; com a RADIOBRÁS, visando colaboração tecnológica, e com o Ministério da Cultura, para o desenvolvimento da série Menino Maluquinho, de Ziraldo, do concurso público do 1º Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro – DOC-TV e para a realização de concurso público de vídeo, o Curta Criança.

Com o objetivo de consolidar a TV Pública no Brasil e a presença da TVE na Rede Pública atual, foram implementadas diversas ações: (i) constituição de Grupo de Trabalho para elaborar um projeto nacional de Rede, em conjunto com as emissoras estaduais; (ii) redefinição da estratégia de participação na Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, intensificando a participação na entidade e colocando programas produzidos pela TVE na grade da Rede Pública de Televisão-RPTV. Os programas Observatório da Imprensa, Gema Brasil, Conexão Roberto D'Ávila, Expedições, A Turma do Pererê e *National Geographic* passaram a integrar a grade de programação da RPTV, o que corresponde atualmente a 30% do total da programação daquela Rede; e (iii) realização do seminário O Desafio da TV Pública, com a presença de emissoras internacionais (BBC, PBS, SWR) e de TV públicas estaduais, e publicação do livro O Desafio da TV Pública, com as palestras proferidas no seminário realizado, para distribuição em universidades e instituições voltadas para a temática da TV Pública.

A grade de programação foi dinamizada com a redefinição de horários, a eliminação de programas e a introdução de novos. A programação da emissora foi ajustada ao conceito rediscutido, com destaque para a entrada do *National Geographic*, sem ônus para a ACERP, a série especial Cartas ao Povo Brasileiro – Portinari, a estréia de programas como o Dança Contemporânea, Acervo MPB e Diário das Reformas, além de especiais em datas como Semana Nacional de Mobilização de Combate à Fome, Dia da Criança, Semana de Consciência Negra, Dia Internacional da Luta Contra a AIDS, Dia Internacional do Deficiente Físico, Dia Internacional da Criança na Mídia.

Nas ações da Rádio MEC, destaque para: o lançamento de oito CDs do projeto Música de Muitos Brasis, todos por meio de shows de grande repercussão, consolidando o Selo MEC BR; a participação na comemoração dos 80 anos de existência da radiodifusão no País, com a produção de programas especiais de música erudita e popular e a realização de entrevistas com nomes históricos do rádio brasileiro e, ainda, a realização do Seminário Rádio MEC – Desafios e Perspectivas, visando discutir a produção e programação das rádios AM e FM e questões tecnológicas.

Secretaria Nacional Antidrogas

A Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD, na qualidade de coordenadora do Programa Nacional Antidrogas, promoveu, em 2003, profunda transformação na abordagem do Governo Federal para a condução da redução da demanda de drogas no país. Observou dois importantes eixos: o primeiro de integração das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas e o segundo de abertura de espaço público para a concertação social sobre os conceitos e estratégias relacionados com o tema. O objetivo foi ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda de drogas no País. Para isso, observaram-se duas linhas de ação: (1) promover e socializar o conhecimento nacional sobre drogas, com foco em diagnósticos situacionais sobre o consumo de drogas e na capacitação de agentes e (2) fortalecer e orientar as estruturas conciliares do Sistema Nacional Antidrogas - SISNAD para a ação efetiva, reconhecendo que o uso indevido e o tráfico ilícito de drogas constituem-se questões de Estado e devem ser considerados como problemas de cidadania e não apenas de saúde ou de segurança pública, visto que seus efeitos negativos atingem as principais instituições nacionais e as relações sociais em suas diversas modalidades. Das ações desenvolvidas em 2003, destacam-se os seguintes resultados:

Realização, em março, do Seminário “Novos Cenários para a Política Nacional Antidrogas”, que foi um dos primeiros exercícios de integração e debate do Novo Governo - reunindo 22 Ministérios, 3 Secretarias Especiais, 04 órgãos da Presidência da República, 25 presidentes e/ou representantes de Conselhos Estaduais do SISNAD e 38 membros da Comunidade Científica. As contribuições resultaram na elaboração e no lançamento da Resolução nº 01-CONAD, de 06.10.2003, com as “Orientações Estratégicas e Diretrizes para o SISNAD” e no estabelecimento de novos paradigmas sobre a posição do Brasil quanto ao uso indevido de drogas. Reconheceu-se a questão como assunto de Estado - pelos seus efeitos negativos nas principais instituições nacionais e nas relações sociais, em suas diversas modalidades e se ampliou a abordagem da redução da demanda, incluindo as drogas lícitas (como álcool e tabaco) e as ilícitas.

Realizada a V Semana Nacional Antidrogas, com a participação dos estados brasileiros e de setores do Governo Federal com políticas afins com a Política Nacional Antidrogas, com os seguintes eventos principais: Seminário “A Importância do Trabalho para a Compreensão do uso Indevido de Drogas”, em parceria com MTE; III Corrida pela vida, em Brasília e diversas capitais do país, com o apoio do Ministério do Esporte; Seminário “A Família como Rede de Proteção do uso de Drogas”, em parceria com o MAS; Seminário “Prevenção e Tratamento do Uso Prejudicial e Dependência de Álcool e outras Drogas”, em parceria com o MS; Cerimônia de Entrega do Diploma de Reconhecimento do Mérito pela Valorização da Vida a 58 pessoas jurídicas e a 152 pessoas físicas; premiação dos concursos nacionais da SENAD de Jornalismo, de Jingles, de Fotografias e de Cartazes e, também do Concurso Nacional de Programa de Prevenção do Uso de Drogas para Universidades.

Mudança no perfil e no funcionamento do Conselho Nacional Antidrogas, tornando-o mais estratégico e representativo, com participação de lideranças sociais. A Resolução nº 02-CONAD, de 06.10.2003, criou 03 câmaras de assessoramento nas áreas científica, jurídica e de articulação política e 14 câmaras técnicas - cada qual coordenada por um órgão público federal ou instituição da sociedade civil. As câmaras técnicas, em estrutura matricial, atenderam aos objetivos de democratização do Estado.

Desenvolvimento de metodologia de avaliação do desempenho nacional na redução da demanda, com a geração de indicadores de gestão da política e fundamentada nas orientações do Plano de Gestão Pública do Governo Lula e no Mecanismo de Avaliação Multilateral da Organização dos Estados Americanos - OEA.

Ampliação dos recursos do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID, permitindo uma maior interação e troca de conhecimentos entre as estruturas do SISNAD, os setores público e privado, as entidades não-governamentais e a sociedade em geral.

Estabelecimento da Portaria Interministerial nº 10/2003 com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, recomendando a inclusão do tema “redução da demanda de drogas no ambiente de trabalho” na sua pauta de

atividades regulares das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS. Em decorrência foi lançado por meio de teleconferência um curso de capacitação para prevenção ao uso indevido de drogas em parceria com a Confederação Nacional da Indústria - CNI, Escritório Regional da Organização Internacional do Trabalho - OIT para a América Latina, sediado em Lima – Peru e MTE.

Iniciado o levantamento nacional sobre padrões de consumo do álcool, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo e Universidade do Texas – EUA, bem como o levantamento nacional sobre o consumo de drogas entre estudantes dos ensinos fundamental e médio, nas 26 capitais brasileiras e no DF, em parceria com o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID; Iniciada a realização da pesquisa nacional sobre consumo de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, nas 26 capitais brasileiras e no DF, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e apoio financeiro da Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas - CICAD da Organização dos Estados Americanos; Lançado o curso de capacitação à distância em prevenção do uso de drogas para educadores da rede pública, valendo-se de tecnologia digital interativa, em parceria com a TV Escola do Ministério da Educação; Instituído projeto piloto do curso de capacitação à distância para 3.000 membros dos Conselhos Municipais Antidrogas, Tutelares, de Direitos da Criança e do Adolescente, de Saúde, de Educação e de Segurança Comunitária. Projeto em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Desenvolvido o curso para formadores de agentes multiplicadores em prevenção para reservistas das Forças Armadas, a ser ministrado pelo Ministério da Defesa; Iniciada a elaboração de oito cartilhas de orientação comunitária sobre o uso de drogas e os problemas dele decorrentes, dirigidas a públicos específicos; Iniciada, em parceria com a Organização Mundial da Saúde – OMS, a tradução e a adaptação para o Brasil do glossário de termos sobre drogas – *Lexicon of Alcohol and Drug Terms.*; Iniciado projeto de revisão do Sistema 0800, para a ampliação de sua capacidade de informação e de atendimento aos cidadãos, em parceria com o SEBRAE, a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre e o Serviço Social da Indústria.

Quanto à gestão do Fundo Nacional Antidrogas, foram estabelecidos convênios com nove unidades da Federação e quatro com órgãos do Ministério Público e Poder Judiciário – visando descentralizar as ações de regularização e alienação dos bens e valores apreendidos em decorrência do tráfico ilícito de drogas. Essa descentralização agilizou a venda de bens em leilões públicos e expandiu o potencial de captação do Fundo, permitindo aos estados e órgãos parceiros aplicar os recursos em projetos locais de redução da demanda e da oferta de drogas.

Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

O Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA foi criado com a competência de formular e coordenar a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, especialmente quanto à promoção da articulação entre as políticas e programas públicos e as ações da sociedade civil, bem como o estabelecimento de diretrizes no que respeita à supervisão e acompanhamento da implementação de programas no âmbito da PNSAN. Assim, o MESA tinha a fundamental responsabilidade de coordenar no governo o enfrentamento do problema da insegurança alimentar e da fome a partir de uma política de Estado, tendo em vista ser a fome uma dimensão extrema dos desequilíbrios estruturais do país.

A tarefa de combater à fome é um dever do Estado. No entanto, esse desafio está colocado para toda a sociedade brasileira e exige o compromisso de todos. O que significa dizer que, além da adoção de políticas públicas e de estratégias de combate e erradicação da pobreza, Estado e sociedade devem trabalhar juntos e de forma solidária para garantir o acesso de todos às condições mínimas necessárias a uma vida digna.

Nesse contexto, como ação prioritária, o Governo Federal lançou o Programa Fome Zero, que por sua abrangência transforma-se em política de longo prazo, cujo objetivo é proporcionar o acesso a uma alimentação digna e obtida de forma sustentável. Trata-se de uma iniciativa que envolve os três níveis de governo e a sociedade civil, criando-se condições para a superação da pobreza por meio da conjugação de políticas públicas adequadas.

Visando ampliar a transparência e a democratização na formulação e acompanhamento desta política, a primeira ação do MESA foi viabilizar a criação do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Este Conselho conta com representantes da sociedade civil e do Estado, e é um instrumento de articulação para propor as diretrizes para as políticas e ações na área da alimentação e nutrição para que o país garanta o direito humano à alimentação. Foi estimulada, também, a criação destes conselhos em todo o país, resultando na instalação de 27 CONSEAS estaduais e 128 municipais em 2003.

Outra inovação importante introduzida em termos de gestão foi a maior articulação intragovernamental para implantação de ações estruturais e emergenciais, visto que se verificou a existência de diversos órgãos com ações para o mesmo público, e sem a devida articulação. Além disso, como as causas da fome são estruturais, é necessário integrar as políticas estruturais com as políticas emergenciais. Isto pressupõe uma nova forma de execução das políticas públicas, em torno de metas transversais, que abrangem todos os setores.

Em virtude do estratégico papel definido em suas competências, o MESA colocou em prática, ao longo de 2003, uma série de ações voltadas para a implementação dessas políticas, notadamente a complementação de renda para o acesso à alimentação; a ampliação da merenda escolar; o apoio a programas criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil organizada que busquem combater a fome por meio de restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização do abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao autoconsumo alimentar e o incentivo à compra da agricultura familiar.

No primeiro ano de governo, foi dada prioridade a todas estas ações, com maior ênfase à ampliação do acesso à alimentação das famílias situadas no semi-árido e na região norte, às crianças em idade escolar e às comunidades específicas: acampados, quilombolas e indígenas.

O Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, mais conhecido como Cartão Alimentação – PCA, transferiu R\$ 50 reais às famílias em situação de insegurança alimentar com renda familiar mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo e que vivem em regiões carentes de todo o país, visando garantir-lhes o acesso à alimentação diária, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária.

Inicialmente, o Programa foi implantado nos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais antecipando a meta de atingir um milhão de famílias em 2003 nesta região, já no mês de outubro, e atingindo mais de 70% da sua população extremamente pobre. Logo encampou as Regiões Norte, Sul e Sudeste do país. A grande novidade do Programa é o controle social realizado pelos Comitês Gestores, formados por representantes da sociedade civil e do poder público municipal e estadual, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar a implantação do Programa. Em 2003, foram implantados 2.132 Comitês Gestores em todo o país. Para isto, foram capacitados mais de 20 mil agentes locais ligados às prefeituras e a sociedade civil organizada.

Desde outubro de 2003 ocorreu a migração dos beneficiários do Cartão Alimentação para o programa unificado de transferência de renda, o Bolsa Família, que beneficiou, em dezembro, 3,6 milhões de famílias em 5.461 municípios. A migração do Programa Cartão Alimentação contribuiu para incorporar 1,9 milhão de famílias ou 9,7 milhões de pessoas em 2.369 municípios, especialmente do Nordeste e Norte do país no programa Bolsa-família para recebimento do piso de R\$ 50 reais.

PISO DE R\$ 50,00 – INCLUSÕES NO BOLSA FAMÍLIA VIA PNAA

REGIÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO (%)
Norte	169.096	8,9	405	17,1
Nordeste	1.568.020	82,5	1.663	70,2
Centro-Oeste	8.457	0,4	29	1,2
Sudeste	136.821	7,2	212	8,9
Sul	18.894	1,0	60	2,5
TOTAL	1.901.288	100,0	2.369	100,0

Fonte: MESA

Por intermédio do PNAA, foram atendidas também, de forma diferenciada e emergencial, por meio de cestas básicas, populações indígenas, famílias acampadas que aguardam programa de reforma agrária e populações remanescentes de quilombos em estado de insegurança alimentar. Distribuiu-se, ao todo, 1,3 milhão de cestas básicas para 270 mil famílias.

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS A GRUPOS ESPECÍFICOS

POPULAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	COMUNIDADES ATENDIDAS	NÚMERO DE CESTAS
Indígenas	20.100	63	20.100
Acampados	234.681	acampamentos cadastrados pelo INCRA	1.250.000
Quilombolas	15.062	150	45.186
TOTAL	270.443		1.315.886

Fonte: MESA

Para estes grupos também estão sendo implantadas ações estruturantes. Foram assinados dois convênios com este propósito, um com o Governo do Mato Grosso do Sul para atender a grupos indígenas e outro,

em nível nacional, assinado com a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, com vistas ao incentivo à produção para autoconsumo em 150 comunidades remanescentes de quilombos.

Outra iniciativa inovadora foi a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar por meio da compra da produção de pequenos agricultores. O produto comprado pôde ser distribuído a pessoas em situação de insegurança alimentar ou para formar estoques estratégicos. São três subprogramas: i) Compra Antecipada e Direta da produção para manutenção de estoques de segurança; ii) Compra Local de alimentos pelas prefeituras para serem distribuídos em creches, asilos, hospitais, etc; e iii) Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, onde serão atendidos produtores que ordenham até 100 litros de leite por dia. Cada produtor receberá no máximo R\$ 2.500,00 por ano.

Em relação ao primeiro subprograma, os resultados foram os seguintes: na modalidade Compra Direta foram adquiridos 6.935 toneladas de alimentos de 2.570 produtores, no valor total de R\$ 4,9 milhões; e na modalidade de Compra Antecipada foram gastos R\$ 81,6 milhões, atendendo a 36.816 produtores, sendo 55% deles na região Nordeste. Quanto ao subprograma do leite, foram assinados convênios e repassados os recursos para dez estados, totalizando mais de R\$ 60 milhões. A expectativa é de que sejam comprados diariamente cerca de 774 mil litros de leite de vaca e de cabra até maio de 2004. Com isso, espera-se a criação de 40 mil postos de trabalho.

Numa parceria desenvolvida junto ao Ministério da Educação, o MESA disponibilizou recursos para a expansão do atendimento e melhoria da qualidade da alimentação escolar, por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O PNAE funciona de maneira descentralizada, a partir de convênios celebrados com estados, municípios e o Distrito Federal. Como resultado de recomendações de grupo de trabalho formado pelos dois ministérios mais o Ministério da Saúde, foram implementadas três ações: o aumento do valor do repasse para crianças da pré-escola, passando de R\$ 0,06 *per capita* diário para R\$ 0,13, representando um aumento de 117% para um público total de 4,3 milhões de crianças matriculadas; também foi aumentado o valor *per capita* diário repassado para a alimentação dos estudantes de escolas indígenas, passando de R\$ 0,13 para R\$ 0,34, representando um aumento de 161% para 116.655 estudantes em 1.711 escolas indígenas; a terceira ação implementada foi a inédita inclusão das creches no Programa, numa ação que iniciou o atendimento a 881 mil crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches públicas e filantrópicas, o que representa 100% do total de matrículas do seguimento. Ao todo, mais de 5,37 milhões de crianças em idade escolar são hoje beneficiadas por essas medidas.

Também, ao longo do exercício de 2003, um importante conjunto de ações implementadas pelo MESA foram relativas à convivência com o semi-árido. Entre essas ações podem ser destacadas: o apoio à construção de cisternas, a partir de parceria com a Articulação do Semi-Árido - ASA e com o apoio da Febraban, totalizando recursos para a construção de 22 mil cisternas, tendo sido construídas 6.144 até dezembro e o restante previsto para o primeiro semestre de 2004; a distribuição emergencial de água por intermédio de carros pipa fornecidos pelo exército e a construção/repairo de pequenas obras hídricas, em parceria como os Ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Agrário e Integração Nacional, numa ação que até o final do exercício beneficiou 1,1 milhão de pessoas com a distribuição emergencial de água; além disso, para o atendimento emergencial de agricultores familiares que perderam a safra por conta da seca e não tinham sido beneficiados pelo Programa Cartão Alimentação ou pelo Programa Garantia Safra, do MDA, foi fornecida a transferência emergencial de renda, no valor de R\$ 50 reais mensais por um período de seis meses, numa ação que atendeu 60 mil famílias.

Já o Mutirão Nacional Contra a Fome foi uma ação induzida pelo Governo Federal e encampada pela sociedade. Ao longo de 2003, 99 entidades estabeleceram parcerias com o Programa Fome Zero, sendo que todas apresentaram projetos de inclusão social, a maioria deles com as atividades já iniciadas em 2003. Além disso, mais de 1.412 instituições foram autorizadas a utilizar a logomarca do Fome Zero em apresentações artísticas, exposições, jogos de futebol e outros eventos que arrecadaram alimentos ou recursos destinados ao Programa. As doações em dinheiro chegaram a R\$ 7,2 milhões, e esse valor será totalmente destinado à construção de cisternas.

Agência Brasileira de Inteligência

A Agência Brasileira de Inteligência – Abin, criada pela Lei nº 9.883, de 1999, integra a estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR e tem por competência o planejamento, a execução, coordenação, supervisão e o controle da Atividade de Inteligência, cabendo-lhe, inclusive, o papel de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, em observância à política e às diretrizes fixadas pela Presidência da República.

No exercício de 2003, a atuação da Abin pautou-se pelo acatamento das Orientações Estratégicas da Presidência da República, a partir das quais duas metas prioritárias foram estabelecidas e atingidas: “Análise de temas com reflexos reais ou potenciais para as políticas públicas governamentais” e “Sensibilização dos setores estratégicos do Governo para a necessidade de adoção de medidas para a proteção da informação”.

Em relação à primeira meta, a Abin produziu 560 relatórios de Inteligência que subsidiaram o processo decisório nacional e, prioritariamente, o Presidente da República em relação a temas com reais potencialidades de interferência sobre as políticas públicas governamentais, com ênfase para as seguintes áreas temáticas de interesse: conjuntura internacional; segurança pública (em especial o crime organizado, narcotráfico, terrorismo) e de fronteiras; meio ambiente; biodiversidade e recursos hídricos; desenvolvimento social; populações indígenas; pesquisa científica; tecnologias espacial, nuclear e militar; infra-estrutura de energia, transporte e comunicações; vigilância e controle sanitário; política fundiária; conjuntura econômica; serviços de inteligência estrangeiros; pactos econômicos regionais; desenvolvimento da indústria, do comércio e de serviços; e defesa civil.

Quanto à sensibilização de setores estratégicos governamentais, a Abin, na qualidade de órgão central do SISBIN, promoveu a aprovação das Normas de Procedimentos Gerais para o Intercâmbio de Dados e Conhecimentos entre os Órgãos do SISBIN, operacionalizou redes seguras de transmissão de mensagens e dados, no País e no exterior, entre Serviços de Inteligência de países do Mercosul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, além de disponibilizar Terminais de Voz e Dados, Módulos Criptográficos Externos, Telefones Seguros e Terminais Seguros de Voz aos órgãos integrantes da Presidência da República, Ministérios e Forças Armadas.

Nessa mesma linha de atuação, desenvolveu trabalhos de sensibilização para a necessidade de proteção de conhecimentos sensíveis junto a empresas e instituições públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento e à produção intelectual, científica e tecnológica de produtos, teses e de outras formas de conhecimentos sensíveis relevantes para os interesses do conjunto da sociedade brasileira, no campo interno ou no cenário internacional.

Os recursos orçamentários à disposição da Abin no exercício de 2003 somaram R\$ 124 milhões, dos quais R\$ 90 milhões correspondentes a Despesas de Pessoal e R\$ 34 milhões a Despesas Correntes e de Capital.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, criada por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, é o órgão da Presidência da República que trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e a proteção dos direitos humanos.

Assistência a Vítimas e Testemunhas

O Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas ameaçadas tem por objetivo garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes, contribuindo para o combate à impunidade, na salvaguarda de vidas humanas e na promoção e defesa dos direitos humanos. Seus beneficiários são as testemunhas e seus familiares, que se encontrem em situação de ameaça por colaborarem com investigação ou processo criminal, nos termos da Lei nº 9.807/99, além de vítimas da violência e seus familiares. Também se enquadram como beneficiários os depoentes especiais, nos termos da Lei nº 9.807/99, as vítimas da violência urbana e seus familiares e técnicos atuantes nos Serviços Estaduais de Proteção a Testemunhas – PROVITA e nos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes – CAVC.

Desde sua implantação, em 13 de julho de 1999, até hoje, mais de 1.100 pessoas já foram protegidas pelo Programa sem que nenhuma delas tenha sofrido tipo algum de atentado ou mesmo sido morta enquanto sob proteção. Atualmente mais de 600 pessoas estão sob efetiva proteção na rede.

No ano de 2003 foi assegurada a continuidade de 16 Serviços Estaduais de Proteção - Provita (que têm, juntamente com o Programa Federal, capacidade de atendimento de 915 beneficiários) e 11 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes – CAVC que atendem anualmente a mais de 6.000 vítimas. Além disso, foram formalizados novos convênios: com o Estado do Paraná para a implantação do Serviço Estadual de Proteção – Provita/PR (que acrescentará 30 vagas ao Sistema Nacional); com as prefeituras de Santa Maria-RS, Porto Alegre-RS e Olinda e com

o Estado do Acre, para a implantação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes, que deverão ter uma média de atendimento anual conjunta de cerca de 1000 vítimas da violência. Os investimentos no fortalecimento do programa em 2003 totalizaram R\$ 10,9 milhões.

Adolescentes Autores de Ato Infracional

O fortalecimento institucional com vistas à melhoria do atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas tem sido perseguido por meio de parcerias com Estados, Municípios e ONG's (organizações da sociedade civil). Considerando a necessidade de efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e a pressão social em torno da diminuição da idade penal, torna-se urgente a atuação do Estado como garantidor de uma política de direitos humanos, sendo o precursor de uma postura consciente e de ações concretas para garantia dos direitos de toda criança e adolescente, principalmente os grupos mais vulneráveis, como é o caso do adolescente em conflito com a lei.

No ano de 2003, os Governos Estaduais elaboraram seus respectivos Planos Estaduais de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, na perspectiva de integrar ações e fornecer um diagnóstico sobre as principais falhas e dificuldades do sistema a nível local, visando garantir a equidade na formulação e investimento em políticas públicas na área. A partir dos Planos Estaduais será elaborado, no ano de 2004, o Plano Nacional de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, que tem como principal objetivo estabelecer uma linha de ação para o atendimento socioeducativo nas três esferas do Governo. Uma das prioridades do plano será a ampliação do sistema socioeducativo em meio aberto, assim como a qualificação dos atores nele envolvidos.

Registro Civil de Nascimento

A radicalização da democracia necessita de uma cidadania integral que começa pelo Registro Civil de Nascimento. Com base no censo 2000, o IBGE apontou um percentual médio de subregistro no Brasil de 21,3%. Isso significa que, aproximadamente, oitocentas mil crianças/ano deixam de ser registradas e são privadas de possuir a Certidão de Nascimento e Registro Civil – o seu primeiro documento de cidadania. Nosso compromisso é erradicar o subregistro nos próximos três anos.

Para alcançar esse objetivo, foi dado início a um projeto de mobilização nacional pelo Registro Civil de Nascimento, com base em uma ampla articulação de órgãos governamentais, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário, e de organizações não-governamentais. Dessa articulação resultou uma ação conjunta com o Programa Fome Zero e a campanha nacional lançada em 25 de outubro de 2003, que promoveu a abertura excepcional de todos os cartórios de registradores de pessoas naturais para o atendimento a população e que sensibilizou as políticas públicas para potencializarem as suas capacidades incorporando a atribuição de mobilizar para o registro civil de nascimento.

Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente

O lançamento do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente reafirmou o compromisso do governo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e com os acordos internacionais relativos à criança e ao adolescente, ratificados pelo Brasil na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 e, particularmente, na Seção Especial pela Criança, realizada pela ONU em 2002. Foram estabelecidos compromissos nas áreas da saúde, educação e combate ao abuso, exploração e violência.

Para garantir o cumprimento desses compromissos, foram identificados 16 desafios que o governo definiu como prioritários no período de 2004 a 2007, por meio de um conjunto de mais de 200 ações desenvolvidas por diversos ministérios. A responsabilidade pela implementação do Plano será de um Comitê Gestor Interministerial criado por Decreto Presidencial de 1º de dezembro de 2003, coordenado pela SEDH e composto por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Assistência Social, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, SEDH, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Erradicação do Trabalho Escravo

O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em março de 2003 com a articulação de atores governamentais e não-governamentais. A efetividade da fiscalização foi ampliada de norte a sul do país graças à ação mais incisiva do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, à prioridade no atendimento das delegacias e ao maior número de denúncias recebidas em virtude da divulgação dada ao Plano. Em 2003, foram libertados 4.932 trabalhadores que eram mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante, mais que o dobro de todo o ano de 2002 (2.306). Após serem libertados, estes trabalhadores receberam R\$ 5,9 milhões em verbas rescisórias, além da documentação para se cadastrarem no Sistema Nacional de Emprego - SINE e isto os habilitou a receber o seguro-desemprego, que passou a ser pago neste ano para os libertos.

Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

A responsabilidade do governo em assumir o Combate à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes alterou a condução dessa ação. Uma comissão interministerial foi montada para que o enfrentamento do problema fosse feito de maneira consistente, por uma rede de agentes, e não mais por meio de programas estanques – que não permitem uma visão global da questão. O trabalho em conjunto resultou no aumento de casos investigados pela Polícia Federal nos estados e na formatação de uma força-tarefa dentro do Ministério Público em cada unidade da federação para tratar exclusivamente dos casos de exploração sexual. O foco dos trabalhos é considerar o problema como crime organizado e, como tal, punir os responsáveis.

O principal diferencial consiste no fato de que, ao ser operacionalizado de forma direta, com execução do Estado e com responsabilidade compartilhada com as organizações não-governamentais, o Disque-Denúncia possibilita a análise estrutural das instituições do Sistema de Garantias de Direitos, receptoras da denúncia. Assim, tendo conhecimento da situação real ou do estágio de apuração da Denúncia, o Sistema viabiliza a análise de todo o procedimento referente à resolatividade do caso no que concerne à adoção de medidas protetivas às vítimas e à responsabilização e/ou atendimento ao agressor. Outro diferencial está no fato de que, desde a sua inauguração – 15 de maio de 2003 – até 17 de novembro de 2003, foram registradas 3.904 denúncias, sendo 514 de exploração sexual comercial, 2.179 de maus tratos e 1.211 de abuso sexual. Verifica-se, portanto, que o número de denúncias registradas em seis meses de funcionamento, em 2003, já é maior do que o total recebido nos cinco anos. A decisão de trazer para o governo a responsabilidade de coordenar, executar e viabilizar a operacionalização do Disque-Denúncia reafirma a vontade política de colocar na agenda governamental o combate ao abuso e exploração sexual, anunciado pelo Presidente da República, o que gera credibilidade e confiança no governo.

Além destas ações o governo federal lançou o Guia Escolar intitulado Método para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual em Crianças e Adolescentes. Com o guia, os professores poderão detectar mudanças no comportamento de crianças vítimas de violência ou abuso sexual.

Atenção à Pessoa com Deficiência

Com relação à política destinada a pessoa com deficiência, uma visão assistencialista deu lugar à garantia dos direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência. O governo tem realizado esforços para desenhar e implementar uma política pública capaz de atender às necessidades urgentes e emergentes das pessoas com deficiência, além de construir uma política de natureza estruturante, capaz de modificar a lógica de intervenções pontuais e isoladas. Está em fase de consulta pública uma minuta do decreto que regulamentará as Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que dispõem sobre o atendimento prioritário e a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tanto, foram reunidos vários órgãos setoriais co-responsáveis pela formulação e implementação do Programa Nacional de Acessibilidade. A previsão é de que o Decreto seja publicado em abril de 2004, após a conclusão da análise dos resultados da consulta pública.

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE destacou ainda, em 2003, as seguintes ações: Capacitação de Recursos Humanos para Atenção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; promoção de eventos sobre os direitos de cidadania da pessoa com deficiência e apoio a organizações não-governamentais que desenvolvem trabalho protegido para pessoa com deficiência. Todas as ações desenvolvidas atuam no sentido da inclusão ativa da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, da garantia de direitos, da apuração de denúncias de preconceitos e discriminação e, principalmente, do estímulo ao desenvolvimento de ações integradas de políticas públicas referentes a esta parcela da população.

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

A criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP veio resgatar o compromisso governamental com o setor pesqueiro brasileiro, responsável atualmente por 834 mil empregos diretos e uma movimentação anual da ordem de R\$ 4,0 bilhões.

O Projeto Político da Secretaria aborda o desenvolvimento da pesca artesanal, a dívida social que o País tem com os trabalhadores desse setor e o desenho das políticas necessárias para incentivar e incrementar a pesca industrial e a aqüicultura. Com isso, a SEAP pretende, em suas ações, resgatar politicamente um setor que se encontrava à margem das políticas públicas, em que pese a sua magnitude social, potencialidades econômicas e interseção com os interesses geopolíticos do Brasil; consolidar a decisão estratégica de afirmar a Secretaria como instrumento de promoção de uma política de desenvolvimento sustentável da aqüicultura e da pesca no Brasil, tendo a inclusão social como foco na implementação de seus instrumentos; e alavancar as bases das políticas setoriais de aqüicultura e pesca.

Nesse sentido, foram implementadas ações visando à estruturação da unidade nacional da SEAP e de suas gerências regionais e escritórios estaduais; à construção de um marco regulatório para o setor, considerando um ajustamento das condições institucionais ao novo projeto político para a aqüicultura e pesca; à articulação de parcerias institucionais para execução da referida política; à ampliação e qualificação nacional em fóruns e organismos multilaterais, regionais e bilaterais, visando a abertura e diversificação de mercados, bem como simetria nas relações comerciais e maior influência brasileira na definição das normas regulatórias internacionais e salto na participação do Brasil no mercado global do setor; e à discussão ampla do projeto político com a sociedade, com vistas à legitimação social das estratégias setoriais do governo federal.

No exercício de 2003 o orçamento da SEAP contemplou os seguintes programas: Desenvolvimento da Pesca; Desenvolvimento da Aqüicultura; e Gestão da Participação em Organismos Internacionais. O volume de recursos aprovados no orçamento de 2003 somou R\$ 11, 5 milhões, dos quais R\$ 3,9 milhões foram bloqueados, tendo sido o restante - R\$ 7,6 milhões - aplicado nas diversas ações previstas no âmbito da Secretaria:

Concessão de subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras: a medida envolve uma redução média de 25% do preço final do óleo diesel. Durante 2003 foram atendidos 1.618 barcos, sendo que os principais beneficiários são pescadores profissionais, armadores de pesca, empresários (indústrias) e proprietários de embarcações. De um total de R\$ 2,9 milhões previstos, onze Unidades da Federação se beneficiaram com a aplicação de R\$ 2,7 milhões, conforme tabela abaixo. Uma vez que não houve contingenciamento para esta ação, restou um saldo de R\$ 100 mil.

ESTADO	Nº DE EMBARCAÇÕES CONTEMPLADAS
Pará	150
Ceará	399
Rio Grande do Norte	145
Paraíba	20
Sergipe	98
Espírito Santo	145
Rio de Janeiro	115
São Paulo	134
Paraná	49
Santa Catarina	185
Rio Grande do Sul	104
Portarias publicadas no decorrer do ano	74
TOTAL	1.618

Registro nacional da atividade pesqueira: as atividades do Registro Geral da Pesca - RGP vêm sendo executada nos Escritórios Estaduais da SEAP. Os recursos foram aplicados no cadastramento/recadastramento de cerca de 320 mil novos registros. Desses 320 mil, mais de 100 mil estão registrados nas regiões Sudeste/Sul do país, existindo uma pequena quantidade na região Centro-Oeste. Cerca de 90% dos registros referem-se ao Pescador Profissional, os 10% restantes dizem respeito às demais categorias de registro (embarcações pesqueiras, armador de pesca, indústria pesqueira, aqüicultor e pesque-pague).

Implantação do sistema informatizado para registro da atividade pesqueira: Os esforços dessa ação visaram instrumentalizar e apoiar os Escritórios Estaduais para a o RGP, descentralizando as ações da SEAP e possibilitando a compilação dos dados do Registro Geral da Pesca em um Anuário.

Difusão de tecnologias em pesca: Os recursos foram aplicados em convênio com a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE para apoio ao desenvolvimento da pesca de atuns e afins.

Implantação de sistema de integração e qualificação da informação comercial e tecnológica da pesca: os recursos disponibilizados foram aplicados no Convênio com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI para promoção de ações prioritárias ao desenvolvimento da pesca no sudeste e sul do Brasil.

Estudos socioeconômicos do setor pesqueiro: os recursos previstos - R\$ 172 mil - foram aplicados em contrato com a Fundação de Economia de Campinas – FECAMP, para elaboração de um Atlas de Pesca do Brasil, e no Convênio com a UNIVALI.

Campanha para promoção do pescado brasileiro: realização de 4 campanhas, visando promover o pescado brasileiro e aumentar a média nacional de consumo de peixe. Destaca-se a Semana do Peixe, realizada nos supermercados de todo o Brasil, com descontos de até 50% do valor comercializado, considerando, ainda, um aumento, no período vigente, de 45% nas vendas do produto. Outro destaque deve ser dado para a participação da SEAP na EXPOABRAS (maior evento supermercadista da América Latina), quando foi possível estabelecer importantes contatos na área de comercialização do pescado. A elaboração de programa de proteção das marcas de pescado brasileiras, tais como o pirarucu, surubim e tambaqui, também deve ser ressaltada. Por último, a parceria estabelecida com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil - APEX, com vistas à divulgação comercial dos produtos nacionais de pescado.

O Programa Desenvolvimento da Aquicultura envolve as seguintes ações:

Implantação de Unidades Demonstrativas de Cultivo e Processamento de produção aquícola: as unidades demonstrativas constituem pilares para a modelagem inicial de estruturas com efetiva viabilidade econômica na cadeia produtiva do pescado e fazem parte da constituição de arranjos tecnológicos no setor. As experiências que foram desenvolvidas nas cadeias produtivas da ostreicultura e mitilicultura garantiram o desenvolvimento destas atividades produtivas (intensivas em geração de emprego e renda) nos estados do Sudeste/Sul. O valor total previsto na Lei Orçamentária de 2003 foi de R\$ 2,7 milhões. Desse valor, R\$ 1,5 milhão foi remanejado para atender às necessidades de manutenção da estrutura da SEAP. Os recursos foram aplicados em projetos prioritários de unidades demonstrativas e para projetos a serem executados em parceria com outras instituições, com destaque para os convênios realizados com o Governo do Estado do Piauí (implantação do projeto tanque-rede, revitalização da Nazaré e produção de peixes endógenos), com a Federação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB (desenvolvimento do programa de fomento à aquicultura em assentamentos de reforma agrária) e com a CODEVASF (Estruturação de Arranjos Produtivos Aquícolas nos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Promoção de eventos para divulgação da aquíicultura: destacam-se a participação da SEAP no *World Aquaculture Society – WAS*, que reuniu cerca de 4.000 participantes, representando 75 países e 290 empresas do setor (nacionais e internacionais); a promoção do Seminário Nacional sobre Ração para Peixes, realizado em Curitiba para discussão dos principais aspectos relacionados à ração (insumo mais importante, do ponto de vista econômico, na cadeia produtiva da aquíicultura); e a promoção, em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Seminário Internacional de Aquicultura e Pesca, para discutir a gestão do uso dos recursos pesqueiros e das atividades produtivas da aquíicultura e pesca. Quanto à execução orçamentária, dos R\$ 400 mil previstos inicialmente, R\$ 140 mil foram contingenciados, tendo sido a quase totalidade do saldo restante aplicada nessas atividades.

Estudos socioeconômicos para desenvolvimento de cadeias aquícolas: os recursos foram aplicados, em sua totalidade, em convênios com a Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina – FAMASC (Projeto de Maricultura Sustentável no Estado de Santa Catarina), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico – FADEC (Aproveitamento das Peles de Peixes Provenientes dos Resíduos de Filetagem dos Pesque-Pague), Prefeitura Municipal de Chapecó (Promover a Mostra Brasileira de Aquicultura e Pesca Familiar e Comunitária) e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária – FUNDEPAG (Publicação do Boletim Técnico referente ao I Simpósio Brasileiro de Ranicultura e II Ciclo de Palestras sobre

Ranicultura do Instituto da Pesca) e um contrato com o Centro de Hidrografia da Marinha – CEM (Aquisição de Cartas Náuticas e Atlas Fluviais do Brasil).

O Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais envolve as seguintes ações:

Contribuição à Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT: dos R\$ 1,2 milhão, foram contingenciados recursos da ordem de R\$ 76 mil. Foi aplicado R\$ 1,1 milhão na contribuição à ICCAT, principal fórum de decisões (inclusive quotas de captura) sobre os atuns do Atlântico. Cabe destacar que a SEAP não só realizou a contribuição anual atinente a cada país membro da ICCAT mas, também, quitou o saldo remanescente dos exercícios anteriores, por meio de suplementação de crédito.

Contribuição ao Serviço de Informação de Correntes para a Produção Pesqueira na América Latina – INFOPESCA/FAO: o Brasil, na qualidade de Presidente da Assembléia do INFOPESCA e em nome dos países que o compõem, tem incluído solicitações de cooperação técnica junto a FAO visando ações de melhoramentos dos mercados domésticos para pescado na América Latina e Caribe e treinamento sobre a Rodada do Uruguai e as Negociações Futuras sobre o Comércio de Produtos Pesqueiros. Também ensinou a discussão de temas como a pesca na Bacia do Prata, os recursos compartilhados no Atlântico Sul e a defesa conjunta de quotas de captura de atuns e afins, entre outras. Os recursos disponíveis foram utilizados na contribuição à INFOPESCA/FAO, quitando os saldos devedores dos exercícios de 2001 e 2002.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM demonstra em seu primeiro ano de existência um saldo positivo no que tange às suas realizações e à consolidação do espaço que passou a ocupar no âmbito da administração pública federal.

No âmbito do Plano Plurianual 2000-2003, gerenciou, em 2003, o Programa Combate à Violência contra as Mulheres que tem, entre suas principais ações: Apoio à implantação de serviços de atendimento ou abrigos para mulheres em situação de risco; Capacitação de quadros das Delegacias da Mulher e Juizados Especiais e de profissionais de instituições públicas que atuem no combate à violência contra a mulher; e Promoção de eventos sobre direitos da mulher .

O Programa foi reestruturado em 2003, consolidando-se no “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional” O conceito de “violência” foi ampliado, pressupondo diferentes etapas de intervenção e enfatizando as medidas de prevenção, mudanças na concepção da estrutura de atendimento às mulheres em situação de violência, com a criação da “rede de cidadania”, um conjunto de serviços locais articulados para o atendimento à mulher, especialmente àquelas em situação de violência; e a construção de novos instrumentos de controle e monitoramento das ações implementadas.

A ampliação de conceito foi feita no sentido de abranger as diferentes formas de violência – física, sexual, doméstica, moral e violências simbólicas. As mulheres são vítimas de preconceito e de discriminação, além de serem excluídas do processo de exercício da cidadania. Isto se expressa na invisibilidade a que são relegadas, na falta de acesso à documentação e a serviços básicos do Estado, na discriminação nos espaços públicos e privados e no mundo do trabalho. Daí a importância dada a capacidade de reivindicação de seus direitos, de participação ativa na vida pública e de fazerem escolhas.

No que diz respeito à estratégia de atendimento, a ênfase anterior residia na implantação de casas-abrigo (instituições destinadas a mulheres em risco de vida) e foi redirecionada para fortalecer a constituição de “Redes de Cidadania”, por meio da oferta de serviços e programas locais, como postos de saúde, delegacias especializadas, defensorias públicas e órgãos de assistência social, organizados pelas ações dos Centros de Referência, principal porta de entrada para as mulheres em situação de violência. Por sua vez, o próprio conceito de casa-abrigo foi reformulado com vistas a estimular a oferta de serviços de atendimento com o compromisso de reinserção social e não de reclusão.

A reestruturação ocorreu também nas formas de apoio a instituições públicas e privadas. Novos critérios foram definidos e divulgados por meio de um Manual de Convênios da SPM para 2003.

Por fim, foi necessária uma importante readequação devido ao contingenciamento de recursos estabelecido pelo governo federal, tendo sido liberados para movimentação e empenho, até o final do ano, cerca de 18% (R\$ 4,0 milhões) do total previsto na Lei Orçamentária de 2003.

Dos recursos autorizados para movimentação e empenho, a SPM executou 98,33%, que foram aplicados em projetos de casas-abrigo, capacitação de profissionais, apoio e promoção de eventos, estudos e pesquisas sobre os direitos da mulher, campanhas de conscientização e sensibilização sobre a violência sexual e doméstica, entre as quais destacamos algumas realizações a seguir:

Capacitação de profissionais: Foi firmado convênio para a capacitação de profissionais de 150 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAMs, de cinco Estados brasileiros: Tocantins, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, totalizando, aproximadamente, 2.000 profissionais, entre delegadas(os), policiais, escrivães(ões), com vistas à humanização do atendimento prestado às mulheres em situação de violência que procuram este importante serviço público. Além disso, foram firmados convênios para a realização de capacitação de profissionais no município de Dourados (MS) e do Estado de Alagoas, que totalizam 500 profissionais capacitados.

Serviços de atendimento à mulher: Foram firmados quinze convênios, com entidades públicas municipais e estaduais e privadas, para apoio à implantação e manutenção de serviços de atendimento voltados para mulheres em situação de risco, em diversos Estados brasileiros. Foi apoiada a implantação de nove novos serviços de atendimento, incluindo casas-abrigo, e a manutenção de seis serviços já existentes. Para apoio aos chamados “serviços especializados”, foram firmados quatro convênios com Estados da Região Nordeste. Destacam-se, ainda, os projetos de Alagoas, visando oferecer atendimento integral às mulheres vítimas de crimes e seus familiares, na Delegacia Especializada de Maceió; da Paraíba, visando implantar serviço de atendimento e acompanhamento jurídico e psicossocial às mulheres em situação de violência, no âmbito da Defensoria Pública do Estado; e no município de Natal/RN, onde foi apoiada a implantação de Centro de Referência.

Estudos e Pesquisas: Dentre os estudos apoiados, ressaltamos o convênio firmado com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM/RJ, com o objetivo de realizar um diagnóstico de todos os organismos e conselhos de direitos das mulheres existentes no país. Além deste, foi firmada parceria com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), visando a realização de estudo para o reordenamento de legislação sobre a violência doméstica.

Campanhas e distribuição de material informativo: Foi apoiada a realização de seis campanhas voltadas para o repúdio e prevenção da violência contra as mulheres, dentre as quais destaca-se a chamada Campanha do Laço Branco – “Homens dizem não à violência contra as mulheres”, de âmbito nacional, realizada pelo Instituto PAPAÍ (PE). No que tange à edição e distribuição de material informativo sobre prevenção e combate à violência doméstica e sexual, foram firmados dois convênios para distribuição de um total de 22 mil exemplares.

Promoção de eventos: Foi por meio desta ação que a SPM se fez presente em todo o território nacional, apoiando a iniciativa dos mais diversos segmentos de mulheres: trabalhadoras rurais, indígenas, empresárias, negras, pesquisadoras, feministas e jovens, em quatorze eventos, internacionais, nacionais e regionais, promovidos por instituições públicas e privadas. Dentre eles, destacam-se a Marcha das Margaridas, o Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Encontro Binacional de Mulheres Empresárias, Encontro Internacional de Publicações Feministas, II Seminário de Mulheres Indígenas, 14º Encontro Nacional Feminista e o Lançamento da Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (“Nenhuma trabalhadora rural sem documento”).

Finalmente, ressalta-se a realização do Encontro Nacional de Delegadas e Delegados das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, no mês de novembro/2003, em Brasília, visando a qualificação dos agentes públicos atuantes no combate à violência contra a mulher, reunindo aproximadamente 340 delegadas (os) de todo o país, promovido pela SPM e Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para as Mulheres – UNIFEM; bem como a realização do Encontro Nacional de Conselhos dos Direitos da Mulher, com vistas à ampliação e ao fortalecimento do diálogo com as entidades de mulheres, que reuniu representantes de cerca de 200 conselhos estaduais e municipais, no mês de dezembro/2003, em Brasília/DF. Ambos foram custeados à conta de dotação destinada para a manutenção da Unidade.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir inaugura uma nova página no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes da discriminação e das desigualdades raciais. Representa a primeira resposta efetiva de um governo federal a uma antiga formulação e demanda do Movimento Negro, no sentido da implementação de uma política de promoção da igualdade racial.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial a ser implantada constitui-se de em um conjunto articulado de concepções, diretrizes, indicativos de programas e ações que têm como objetivo assegurar a implementação de programas e medidas destinadas à promoção da igualdade racial.

Buscando a capacitação de gestores, o Governo Federal, a partir de iniciativa da Seppir, desenvolveu parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT para a implementação do Programa de Fortalecimento Institucional da OIT – Gênero, Raça, Pobreza e Emprego - GRPE lançado no período de 13 a 15 de outubro de 2003, em Brasília, por meio do Fórum Erradicação da Pobreza, Geração de Emprego e Igualdade de Gênero e Raça: Experiências Internacionais. O Programa compõe-se de oito módulos com fundamentação e proposição para ações relativas à implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Estão sendo definidos convênios entre a OIT e o Governo Federal, intensificando-se tais ações no interior de vários ministérios e por meio de convênios com governos estaduais e municipais.

A partir de uma parceria entre a Seppir e a Fundação Friedrich Ebert – Ildes, está sendo estruturada uma “Rede Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, tendo como referência o Projeto “Gênero nas Administrações”, desenvolvido pelo Ildes em 2000/2001, para atender administrações municipais e estaduais.

A citada Rede Nacional tem por objetivos promover uma ação continuada junto aos governos federal, estaduais e municipais, por meio dos organismos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade racial, para a articulação, a capacitação e o planejamento de ações políticas.

Iniciativa que reúne ações que visam alterar as condições de vida das comunidades remanescentes de quilombos, o programa de apoio a Comunidades remanescentes de quilombos, a ser implementado mediante a regularização da posse da terra, do estímulo ao etnodesenvolvimento e do apoio às associações das comunidades remanescentes, teve como base a Proposta de Etnodesenvolvimento para as Comunidades Quilombolas e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os dois documentos foram produzidos a partir da ação do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI que, durante o período de maio a setembro de 2003, atuou sob a coordenação da Casa Civil e da Seppir, contando com a participação de quatorze organismos de governo. Com a definição do novo Decreto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a ter a responsabilidade sobre as ações fundiárias contando com o acompanhamento direto da Seppir e da Fundação Cultural Palmares - FCP. A Seppir passa a coordenar um Comitê Gestor integrado por 21 organismos do governo federal com a responsabilidade de elaborar um plano de etnodesenvolvimento para as comunidades remanescentes de quilombos.

Em parceria com a Organização Internacional do Trabalho e a Coordenação Nacional de Remanescentes de Quilombos - Conac, a Seppir está desenvolvendo o Projeto Juventude quilombola: ampliando horizontes, cujo objetivo é estimular o envolvimento da juventude em ações comunitárias, de capacitação profissional e de alfabetização, uma vez que entre as precárias condições sociais, constata-se um alto índice de desemprego e analfabetismo. Com esse estímulo, pretende-se promover o protagonismo juvenil nas comunidades remanescentes de quilombos, ampliando a cidadania e a mobilidade social.

Por meio de um Termo de Compromisso celebrado entre a Petrobras, a Seppir e o Ministério da Assistência Social, a partir de uma estratégia de atuação social voltada para o fortalecimento das políticas públicas de combate à miséria, tendo como linha de ação a colocação da tecnologia e força de trabalho à disposição do bem-estar da população, os Órgãos se propõem a promover atividades focadas em assistência social, ações afirmativas, educação e geração de emprego e renda para a população afro-descendente, especificamente, comunidades remanescentes de quilombos.

Em 13 de maio de 2003, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA, a Fundação Cultural Palmares - FCP, do Ministério da Cultura e a Seppir,

com o objetivo de implementar ações vinculadas à política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para atender 150 comunidades remanescentes de quilombos.

No decorrer de 2003, foram realizadas cinco oficinas regionais nos municípios de Santarém/PA, São Paulo/SP, Recife/PE e Bom Jesus da Lapa/BA, coordenadas pelo MESA, pela FCP e pela Seppir, objetivando diagnosticar a realidade e dimensionar as demandas das comunidades remanescentes de quilombo para implementação em 2004.

Com o objetivo de organizar ações efetivas que visam implementar o Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira, a Seppir e o Ministério de Educação trabalharam em conjunto para construir políticas e instrumentos de inclusão dos diversos grupos étnicos, em especial, a população negra, no processo educacional brasileiro. Com esse propósito, foi celebrado um protocolo de intenções para criação de instrumentos formais, no âmbito do governo federal, para implementação de ações que promovam a igualdade racial no sistema educacional brasileiro. Da mesma forma, foi firmado um convênio com o “Programa Diversidade na Universidade”, que objetiva sua reformulação no que diz respeito ao acompanhamento e avaliação. Também fez parte das discussões os meios pelos quais será implementada a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que prevê o ensino de História da África no ensino público.

Com o objetivo de aumentar a conscientização sobre o que significa promoção da igualdade racial, foram realizadas várias campanhas com o apoio da Seppir, dentre elas, a Campanha “Ação Afirmativa – Atitude Positiva” lançada em 17 de novembro de 2003 pelo Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – Ceap, tendo como marca de referência de qualidade e eficácia, o selo Camélia, que faz alusão às Camélias da Liberdade, símbolo do Movimento Abolicionista. Outras duas campanhas também tiveram a participação da Secretaria, a Campanha pela Valorização de Religiões de Matriz Africana e a Campanha dos 16 dias de Combate à Violência.

No dia 20 de Novembro de 2003 – Dia Nacional da Consciência Negra, a Seppir, em conjunto com outros organismos do governo federal, demais instituições públicas e privadas e o movimento negro, realizou e apoiou uma série de atividades:

No último Dia Nacional da Consciência Negra – em ato presidencial na Serra da Barriga (Quilombo onde viveu Zumbi dos Palmares) o Presidente da República assinou o Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que estabelece a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse documento tem por base o Programa Brasil sem Racismo (Programa de Governo para a Promoção da Igualdade Racial) que prioriza o trabalho, o emprego e a renda; a cultura e a comunicação; a educação; a saúde; as terras de quilombos; as mulheres negras; a juventude; a segurança e as relações internacionais. Tem, ainda, como referência a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação - Cerd e o Plano de Ação Durban – III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban - África do Sul (2001). Todos esses instrumentos embasaram, também, o Plano Plurianual (PPA 2004-2007) que incluiu, no capítulo intitulado “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”, o desafio de “promover a redução das desigualdades raciais”.

Outras atividades também foram desenvolvidas a partir do apoio ou de parceria, entre a Seppir e outros organismos de governo, da sociedade civil e do parlamento, como por exemplo, a abertura do Mês de Consciência Negra Porto Alegre, no dia 14 de novembro de 2003, a exposição fotográfica África-Brasil-África, no Palácio do Planalto, no período de 19 a 29 de novembro de 2003; evento em São Paulo, no dia 20 de novembro de 2003, Ato de entrega do Prédio do Museu do Negro, promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo e Governo Estadual, em parceria com o Governo Federal; e o I Encontro de Parlamentares Negros das Américas e Caribe realizado no período de 21 a 23 de novembro de 2003.

Foi firmado, com o Ministério do Trabalho, Protocolo de Intenções para desenvolver ações voltadas para as políticas do Programa Primeiro Emprego, com o objetivo de sustentar um dos eixos da Política Nacional do Programa Primeiro Emprego, qual seja o de atender jovens entre 14 e 25 anos. O trabalho visa a qualificar trabalhadores da área de serviços – serviços domésticos e comerciários afro-descendentes.

A Seppir, buscando a promoção da igualdade racial, assinou um termo de compromisso com o Ministério da Saúde - MS para a implantação de uma Política Nacional de Saúde para a População Negra, que se baseia nos princípios e diretrizes norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, instituídos pela Lei nº 8.080/90, preconizando, dentre outros, a utilização da epidemiologia (perfil coletivo de saúde) para o estabelecimento de prioridades para alocação de recursos e orientação programática para incorporação de propostas advindas da sociedade civil, principalmente de pesquisadores negros e ativistas do campo saúde da população negra.

Tendo como meta criar canais efetivos com outros países, em particular com os do continente africano e com a América do Sul, com vistas à afirmação da política nacional e ao cumprimento das declarações, convenções, normas e procedimentos internacionais, entre eles, a Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas das Nações Unidas em Durban na África do Sul (2001), da qual o Brasil é signatário, em 2003, foram implementadas várias atividades com a finalidade de materializar esse ideal.

Intensificou-se os trabalhos com os setores responsáveis pela política de promoção da igualdade racial ligados às Nações Unidas e a outras organizações, por meio, por exemplo, da participação no Seminário Pós-Durban – Ações Afirmativas, promovido pelo Alto Comissariado da ONU, em Montevideu/Uruguai, em 6 de maio de 2003 e da participação, em colaboração com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da defesa do Relatório Nacional Brasileiro frente ao Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher das Nações Unidas - Cedaw, em Nova York, em 7 de julho de 2003.

Destaque especial deve ser dado à aproximação com o continente africano, que se iniciou com uma viagem precursora, no período de 29 de novembro a 04 de outubro de 2003, culminando na Visita Presidencial, que foi bastante significativa no que diz respeito às aproximações política, cultural e econômica entre Brasil e África. Foram firmados mais de quarenta acordos bilaterais em diversas áreas com o objetivo de fortalecer os esforços do próprio continente em busca da superação das suas principais dificuldades (educação, combate à Aids, capacitação de técnicos para ações na área social, indústria e comércio, desenvolvimento urbano, esporte, meio ambiente, ciência e tecnologia, mineração, etc.).

Por fim, vale ressaltar que a inserção da promoção da igualdade racial na agenda política e cultural nacional será fundamental na busca da alteração dos indicadores de pobreza e desigualdade, viabilizando o exercício pleno da cidadania. Para tanto, a Seppir tem a missão e o compromisso de garantir o relacionamento contínuo com os diversos organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais.

Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional tem por missão implementar a política nacional de arquivos definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que lhe é vinculado, e promover a gestão documental, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do patrimônio documental do Governo Federal, garantindo pleno acesso à informação com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos, bem como incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

No âmbito da política nacional de arquivos o CONARQ aprovou uma série de documentos normativos com o objetivo de instrumentalizar os serviços arquivísticos governamentais, cabendo destaque ao encaminhamento para sanção presidencial do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, que cria o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA e, por consequência, os canais de comunicação formais entre o Arquivo Nacional e as áreas de documentação e informação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, viabilizando, assim, a implementação do programa de gestão de documentos federais que visa a transformação da informação contida nos documentos por eles gerados em recurso estratégico a serviço do próprio Estado e dos cidadãos.

O avanço do Projeto *Censo de Arquivos Brasileiros Públicos e Privados para as Capitais dos Estados da Federação*, em parceria com os Arquivos Públicos Estaduais, possibilitará, em médio prazo, a consolidação de uma Rede de Informações Arquivísticas, visando ao intercâmbio de dados e informações de interesse para a pesquisa e incentivo à produção de conhecimento. Em 2004 o Arquivo Nacional disponibilizará em seu Portal na WEB, ora em fase de ajustes, os resultados do minucioso levantamento de dados do acervo arquivístico das principais instituições patrimoniais sediadas na Cidade do Rio de Janeiro.

No sentido de estimular a produção de conhecimento histórico, a partir do uso das fontes primárias de informação custodiadas pelo Órgão, foi possível editar e lançar os livros *Metamorfoses indígenas*, de Maria Regina Celestino; *Na encruzilhada do Império*, de Antônio Carlos Jucá de Sampaio e *Cores, marcas e falas: os sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, de Ivana Stolze Lima, vencedores do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa.

O sítio WEB *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira* é mais uma iniciativa da Instituição para difusão de seu acervo, das publicações e dos eventos que promove, relacionados ao tema. Abrangendo diversas linhas de pesquisa e áreas do conhecimento, é também um espaço dedicado à divulgação de lançamentos editoriais, congressos e seminários, resenhas, ensaios, projetos e atividades acadêmicas. Iniciado em 2002, o sítio foi inaugurado em 2003 e é formado pelas seguintes seções: Documentos, Sala de Aula, Publicações, Pesquisas, Eventos e Revista *Acervo*. A iniciativa tem como patrocinadores a Fundação Vitae, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Programa ADAI, perfeitamente integrado ao Protocolo de Colaboração firmado entre o Governo Português e Brasileiro para difusão de temas e documentos de interesse para a história comum aos dois países.

Ainda na linha da difusão, foi promovida a II Mostra Nacional de Filmes de Arquivo – RECINE tendo por tema *A Censura no Cinema Brasileiro*, com a divulgação de parte do acervo da Divisão de Censura e de Diversões Públicas sob a guarda da Instituição. Além da programação de debates, com a participação de cineastas e especialistas da área de cinema, foram exibidos dois filmes: *Cortes da Censura Federal* (seleção de fragmentos de filmes censurados) e *ABC da Greve*, de Leon Hirszman, praticamente inédito no Brasil.

Após a conclusão da restauração do Conjunto Arquitetônico Tombado do Arquivo Nacional, um dos mais importantes exemplares de arquitetura neoclássica do país, foi possível implementar a primeira etapa do Projeto de Modernização do Arquivo Nacional, por meio de convênio de cooperação técnica internacional firmado pela Casa Civil com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC e a UNESCO. No ano de 2003, os recursos investidos foram decisivos para a adequação da nova sede no Rio de Janeiro, viabilizando a sua equipagem e a implantação de avançados sistemas de distribuição e co-geração de energia e de sofisticado sistema de segurança e vigilância. Além disso, foram iniciadas diferentes frentes de trabalho para o tratamento, a microfilmagem e a digitalização de documentos, bem como para o desenvolvimento de sistemas de controle e difusão de informações contidas no acervo, a serem disseminadas por meio do Portal Institucional na Internet. Esta parceria institucional com a UNESCO visa empreender ações estratégicas para a efetiva ocupação de um novo espaço público, com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2004, ombreando a Instituição com seus congêneres de países de grande tradição arquivística.

Imprensa Nacional

Compete à Imprensa Nacional, no cumprimento de sua missão institucional, a impressão do Diário Oficial da União e Diário da Justiça, atividade que executa diuturnamente, dando a indispensável publicidade aos atos do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário), e também de particulares que têm obrigatoriedade de publicar suas matérias nos jornais oficiais. Visando garantir a circulação dos Diários Oficiais na eventualidade de ocorrência de paralisação dos sistemas, foi elaborado um plano de contingência alternativo para editoração do Diário Oficial, que passa por simulação periódica para validação.

No exercício de 2003 houve aumento de 70% na capacidade do link da Imprensa Nacional para a Internet, com apenas 10% de aumento no custo, melhorando o canal de comunicação na Internet entre a Imprensa Nacional e a sociedade.

Registre-se, também, a melhor ocupação da mancha gráfica, ou seja, diminuição de espaços entre textos, dos jornais oficiais, durante o processo de paginação, com redução em 8% do número de páginas editoradas em relação a 2002, chegando, em 2003, a um total de 411.656 de páginas. A migração dos clientes do sistema EEM (envio eletrônico de matérias) para o sistema INCom, resultou em arquivos enviados por tecnologia *Web*, com celeridade, maior confiabilidade e segurança no processo de envio de matérias.

Outra importante ação implementada refere-se à disponibilização de novos produtos extraídos da base de dados dos Diários Oficiais, liberados mediante assinatura eletrônica em formato PDF, o que permitiu agilização no acesso às informações oficiais, disseminação da informação e exercício da cidadania. Por meio dessa medida, implantada em setembro de 2003, já foram registradas 707 assinaturas e emitidas 1.404 propostas, das quais o órgão aguarda confirmação.

Igualmente importante foi o lançamento da assinatura empresarial dos Diários Oficiais Eletrônicos, que consiste na cessão, para empresas, dos direitos autorais, inclusive com a utilização da diagramação dos Jornais Oficiais, para fins de comercialização, por tempo determinado em contrato e mediante sistemática e critérios de credenciamento específicos.

A alteração do *layout* da pré-impressão dos jornais e a otimização do fluxo de produção, com a pontual disponibilização e distribuição dos jornais, gerou uma produção de um total anual recorde de páginas impressas (inclusive tendo dois recordes de edições registrados no *Guinness Book*). E ainda, a editoração de 893.860 páginas do jornal informativo do Supremo Tribunal Federal - STF, com tiragem de 7.000 exemplares.

No exercício de 2003, registrou-se significativa redução de atrasos na conclusão e circulação dos Diários em relação a 2002. Enquanto em 2002 houve atraso de 174 edições (69,04%), considerando o horário padrão de conclusão dos jornais (7 horas da manhã), em 2003, no mesmo período, os atrasos na conclusão dos jornais foram reduzidos para apenas 45 edições (17,71%). Levando em consideração a circulação no mesmo horário, das 252 edições que circularam em 2002, 126 edições circularam com atraso (50,00%), enquanto em 2003 o atraso ocorreu em apenas 32 edições (12,59%). Outro dado comparativo é o atraso considerando o horário de conclusão e circulação às 12 horas. Em 2002 o jornal concluso atrasou em 48 edições (19,04%), enquanto em 2003 o atraso ocorreu apenas em 3 edições (1,18%). Semelhantemente, o jornal em circulação, em 2002, atrasou em 30 edições (11,90%), enquanto em 2003 o atraso ocorreu apenas 4 vezes (1,57%).

Cabe registrar o melhor aproveitamento e controle dos insumos gráficos com redução das perdas de mantas de bobinas de papel jornal, gerando economia de 30% de material, bem como redução das sobras de papel de 37% para 8%, e, ainda, economia no consumo de filme e tinta.

Vale citar que o resultado do faturamento, arrecadação e cobrança referente ao exercício de 2003, da Imprensa Nacional, foi da ordem de R\$ 118 milhões, oriundo de publicações de matérias nos jornais oficiais, assinaturas e serviços gráficos. E, nesse esforço, a Imprensa Nacional tem acumulado superávit que até o final do exercício de 2003 estava na ordem de R\$ 210 milhões.

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

A Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realizações de transações eletrônicas seguras.

De acordo a Medida Provisória nº 2.200-2/2001, a ICP-Brasil será composta de uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras composta pela Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras – AC e pelas Autoridades de Registros – AR, definindo, o mesmo dispositivo legal, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI como Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

O ITI como AC Raiz, possui em sua Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003, o qual revogou o Decreto nº 4.500, de 4 de dezembro de 2002, a Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas e a Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização, as quais respondem pelos programas finalísticos: Certificação Digital; Implantação da Autoridade Certificadora Raiz; e “Fiscalização e Auditoria”.

O programa de trabalho intitulado '*Certificação Digital*' teve como crédito executado R\$ 1,9 milhão.

Destacam-se três atividades essenciais no aprofundamento do sistema de certificação digital brasileiro. Inicialmente, com a finalidade de se ampliar o debate sobre o modelo de certificação digital da ICP-Brasil foi organizado em setembro de 2003 o Primeiro Fórum de Privacidade e Certificação Digital em Brasília. O escopo deste Fórum foi, a partir da dissensão, produzir consensos mínimos sobre o tema. Naquele momento a sociedade foi chamada a se pronunciar, em consonância com o Discurso Presidencial, que trata a política tecnológica como "questão de Estado", e não somente como uma questão conjuntural de um governo.

Outro foco de trabalho foi o início de um esforço para a popularização da certificação digital no Brasil, sobretudo levando-a para aplicações mais contundentes no âmbito do programas de governo eletrônico. Para tanto, foi criado um Grupo de Trabalho com os participantes da ICP-Brasil (ACs), órgãos de governo (Universidades, Ministérios) e a sociedade (empresas do setor) a fim de produzir padrões mais estáveis para as plataformas que usam certificados digitais. A consequência desse esforço é melhorar a interoperabilidade de dispositivos (software e hardware) e obter preços melhores, facilitando assim, em ambos os casos, sua popularização. Por conseguinte, atendeu-se a Mensagem Presidencial que assevera que empresas, universidades,

institutos de pesquisa "deverão estar envolvidos de maneira permanente na discussão e na proposição da política de C&T".

A terceira atividade é a construção de uma plataforma criptográfica, incluindo software e um hardware criptográfico, em código aberto, plenamente auditável, para ser usado pelo ITI, enquanto AC Raiz do Sistema ICP-Brasil. O projeto inicial – mapeamento de competências e especificação técnica – está sendo realizado conjuntamente com o Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil - Casnav e movimentará outros órgão técnicos, como universidades e institutos de pesquisa. O que *a priori* provocou um importante movimento de *inovação* nos órgão supracitados, que permaneciam numa certa letargia pelas políticas tecnológicas anteriores, que favoreciam a compra, pura e simples, de soluções de fora. Como se depreende do discurso presidencial ao Congresso: "as limitações do sistema de C&T são muito grandes, refletindo-se no domínio da inovação". Projetos como o da Plataforma Criptográfica tem poder de induzir processos de inovação, e deixam claro, por outro lado, que os gastos com Tecnologia não devem ser tratados como "custos correntes, mas como investimentos num futuro" para o país.

Deve ser observado que várias ações do programa de trabalho "Implantação da Autoridade Certificadora" serão absorvidas em 2004 pelo programa "Desenvolvimento de Criptossistemas em Código Aberto", devido ao esforço na consolidação do Grupo de Trabalho original que irá inicialmente produzir a especificação técnica da plataforma criptográfica a ser usada pelo ITI, e também do mapeamento das competências técnicas nacionais nas áreas que são cobertas pelo Projeto. Trata-se de um projeto tecnológico de fôlego que teve ao longo de 2003 o seu primeiro passo na assinatura do Convênio entre o ITI e o Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil - Casnav. Foi necessário, outrossim, estruturar outros protagonistas para o Projeto, como a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, a Rede Nacional de Pesquisas - RNP (especialmente o seu Grupo de Trabalho em Certificação Digital mantido pelas instituições Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade de Campinas - Unicamp e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) e, por fim, o Centro de Pesquisas em Segurança das Comunicações - CEPESC da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

Fiscalização e Auditoria

Tendo como foco principal as auditorias pré-operacionais e adequação das normas aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, a Diretoria atuou nas localidades onde estão instaladas as Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR e demais organizações necessárias ao funcionamento e aplicação das regras da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Outra temática tratada foi a atuação no segmento de normas, destacando-se estudos, proposição, redação, encaminhamento e acompanhamento até efetiva publicação, dos Decretos nºs 4.689/2003 e 4.903/2003, que tratam da estrutura regimental e do demonstrativo de cargos comissionados do ITI; revisão, redação, proposição, encaminhamento e acompanhamento até a efetiva publicação, de minutas e retificações de resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil; bem como de decretos correlatos ao assunto certificação digital; revisão, proposição, encaminhamento e acompanhamento da tramitação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.316, que dispõe sobre o uso de assinatura eletrônica e certificados digitais, a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira, a prestação de serviços de certificação e dá outras providências; cadastramento da empresa KPMG Auditores Independentes como prestadora de serviços de auditoria independente no âmbito da ICP-Brasil.

Os analistas e técnicos da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização atuaram nos trabalhos no âmbito dos Comitês Técnicos de Governo Eletrônico e nos Grupos de Trabalho do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República nos temas voltados para Segurança, Auditoria e Normalização.

Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

O Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação das ações globais de Governo na Amazônia, visando possibilitar o desenvolvimento sustentável da região. Apresenta características únicas de complexidade e abrangência, sendo responsável pela aquisição de dados e monitoramento de 61% do território nacional.

Além de ser considerado o maior projeto de proteção ambiental do mundo, apresenta também enorme importância estratégica para o País, principalmente, devido às pressões provocadas por problemas nos países vizinhos da Amazônia Brasileira.

Adicionalmente, a operacionalização do Sistema cria um novo paradigma para a administração pública, em que as organizações trabalharão com um conjunto compartilhado de informações, além de passar a agir de forma integrada.

As características de complexidade, abrangência e importância estratégica tornam vital a adoção de um processo contínuo de operacionalização do Sistema. Resultou daí a criação do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, vinculando-o à Casa Civil da Presidência da República, sucedendo a Secretaria Executiva do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONSIPAM, da estrutura organizacional do Ministério da Defesa. O CENSIPAM tem autonomia para assinar acordos e convênios, capacitar recursos humanos, coordenar a produção de manuais de operação, além de outras atribuições.

Em termos de obras civis destaca-se a iniciativa do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM, presidido pelo Secretário Executivo da Casa Civil, de reverter a decisão de não ser construído em Brasília o Centro de Coordenação Geral do SIPAM – CCG. Tal decisão permitiu que o Comando da Aeronáutica, por meio da Comissão de Implantação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM, iniciasse os procedimentos para a construção do referido Centro. O CCG produzirá informações de diversas áreas de domínio do conhecimento para subsidiar a Alta Administração Federal na coordenação e integração de Programas, Projetos e Atividades, na Região Amazônica, bem como no controle de crises e desastres de grandes proporções.

Foi incrementada, em parceria com os governos dos nove Estados da Amazônia Legal, a operação dos Centros Estaduais de Usuários. Também, foram implementados 300 Terminais de Usuários Remotos, que estão sob gestão de Órgãos Federais e Municipais daqueles Estados. Esta iniciativa está promovendo uma extensa capilaridade no Sistema, o que permite a realização de inúmeras ações sociais e de apoio às atividades dos órgãos das três esferas de governo na região.

Aos órgãos públicos que atuam na Amazônia estão sendo fornecidos dados e informações em diferentes áreas temáticas, incluindo produtos de sensoriamento remoto, base cartográfica digital atualizada, mapas temáticos e produtos meteorológicos. Alguns exemplos disso são: ampla distribuição da nova base cartográfica e base temática digitais da Amazônia Legal; ampla distribuição de imagens de satélite para os órgãos parceiros conveniados; fornecimento sistemático de dados meteorológicos para o Serviço de Proteção ao Voo da Aeronáutica, para o CPTEC/INPE e para o INMET; elaboração de relatório diário para a Polícia Federal com informações de aeronaves suspeitas que cruzam a fronteira do Brasil; monitoramento diário de focos de calor/queimadas com fornecimento dos dados para IBAMA, INPE, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Defesa Civil, prefeituras; e monitoramento do desmatamento em áreas críticas.

Operações isoladas e conjuntas foram apoiadas pelos Centros Regionais do SIPAM, a partir da Célula de Planejamento e Controle de Operações do Centro Regional de Manaus. Exemplos disso foram: Planejamento, monitoramento e apoio às ações de fiscalização do IBAMA; Apoio à Operação Timbó realizada em parceria pelo Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, IBAMA, FUNAI; Apoio a Operação Ajuricaba realizada pelas Forças Armadas; Apoio a operações de combate a incêndios florestais, realizadas pelo IBAMA, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente; Apoio a operações de pesquisas realizadas pela Universidade do Amazonas e pelo Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia - INPA.

Ao longo de 2003, o CENSIPAM ampliou o Setor de Atendimento a Usuários nos Centros Regionais, visando receber melhor o público em geral e particularmente prestar rápido atendimento às demandas dos Órgãos Parceiros. No campo internacional, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores – MRE, o CENSIPAM participou de reuniões nas comissões mistas Brasil-Venezuela, Brasil-Bolívia e Brasil-Equador, discutindo as possibilidades de intercâmbio de informações e capacitação de RH em geoprocessamento. Por ocasião das visitas em Manaus do Presidente do Suriname, da Embaixadora da Guiana, do Estado-Maior do Peru e do Vice Ministro de Defesa Peruano, foram discutidas possibilidades de expansão e de integração da atuação do SIPAM com os países vizinhos.

Das cinco Ações que compõe o Programa de Proteção da Amazônia, duas são Atividades (Contratação de Sinais de Telecomunicações e Teleprocessamento e Manutenção e Operação do Sistema de Proteção da Amazônia) e três são Projetos (Capacitação de Recursos Humanos, Desenvolvimento da Concepção Gerencial e Integração da Base de Dados) e as metas físicas planejadas foram adequadas aos recursos disponibilizados após os contingenciamentos. A tabela abaixo demonstra a excelente execução de 97,2% dos recursos disponibilizados no corrente exercício:

PROJETO E ATIVIDADE	DOTAÇÃO AUTORIZADA	BLOQUEADO CONTROLE INTERNO	EMPENHADO E LIQUIDADO	SALDO NÃO APLICADO
A	57.543.660,00	33.353.804,28	23.318.823,60	871.032,12
P	22.016.513,00	15.847.513,00	6.174.827,98	112,50
TOTAL	79.560.173,00	49.201.317,28	29.493.651,58	871.144,62

Fonte: SIAFI 12/01/2004

Apoio Administrativo e Assessoramento ao Presidente da República a aos Órgãos da PR

Casa Civil

Compete à Casa Civil da Presidência da República assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, bem assim, na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como promover a publicação e preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República, supletivamente, da Vice-Presidência da República.

A Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil – SAF/CC sucedeu a Secretaria de Assuntos Federativos da Secretaria-Geral da Presidência da República e atualmente passou a integrar a estrutura da recém-criada Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República. Sua missão era auxiliar o governo, assessorando o Ministro Chefe da Casa Civil na tarefa de requalificar as relações da Federação e viabilizar a repactuação federativa, em torno do projeto estratégico do Governo. É evidente que esta tarefa pertence ao conjunto do governo e suas múltiplas dimensões serão operadas pelos diferentes Ministérios e agentes políticos do Governo Federal.

Destaca-se entre suas atividades a Interlocação com os Municípios, que resultou na constituição do Comitê de Articulação Federativa em 9 de abril de 2003 e sua legitimação como espaço de negociação e pactuação entre o governo federal e os municípios ao longo do exercício de 2003. Pode ser definido como o principal e mais positivo saldo do trabalho da SAF/CC na sua interlocução com os municípios.

Também devem ser ressaltadas as atividades referentes à Interlocação com os Estados, cujas ações de maior relevância empreendidas em 2003 foram: (i) reuniões com Representações de Governo de Estado em Brasília para construção de um novo canal de diálogo entre os Estados e o Governo Federal; (ii) participação nas atividades iniciais com os Ministérios, com relação ao PPA/2004-2007, na realização e avaliação dos Fóruns Estaduais, na realização dos Fóruns de Secretários de Planejamento, no sentido de garantir a boa consecução das relações com os demais entes federados; (iii) participação na definição do processo de elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em conjunto com os Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão; e (iv) apoio institucional ao Estado de Roraima, visando auxiliar na elaboração de projeto de desenvolvimento regional. Foram desenvolvidas ações em conjunto com SEBRAE, SESI, Grupo Interministerial da Situação Fundiária de Roraima e Projeto de Concertação, promovido pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na cidade de Boa Vista.

O trabalho desenvolvido pela Subchefia de Coordenação da Ação Governamental - SAG/CC constituiu-se na assessoria e análise quanto ao mérito dos programas e projetos governamentais e das propostas e projetos de lei, submetidos ao Presidente da República; coordenação e integração das ações do Governo e no planejamento, coordenação e supervisão da implementação de sistemas de avaliação do desempenho da ação governamental.

No exercício de 2003, deve ser destacada a ação pró-ativa adotada pela SAG/CC, e pela Casa Civil como um todo, caracterizada pela definição e incorporação de diretrizes e prioridades para a atuação governamental. Neste sentido, o esforço em responder às demandas passou a ter maior relevância do que a capacidade de se antecipar à ação dos ministérios e órgãos, visando a induzir suas ações de acordo com as prioridades de Governo. Os resultados obtidos foram mensurados pela viabilização de demandas, mediação dos interesses setoriais e construção do mérito das medidas.

A SAG/CC também teve participação efetiva na questão do marco regulatório/agências e na renegociação das dívidas dos pequenos e médios agricultores e dos agricultores familiares, bem como nas parcerias público-privadas e no novo modelo do setor elétrico. Também foi importante a sua participação no equacionamento e definição de ações estratégicas, como a nova política tarifária do setor de telecomunicações, o Biodiesel, o programa Luz para Todos e a Ferrovia Transnordestina.

Foi relevante, ainda, a sua atuação na questão dos organismos geneticamente modificados, na regulamentação do Fundo da Terra e na recriação da SUDENE e da SUDAM.

A problemática indígena foi tratada de modo particular, conferindo à causa um processo decisório mais qualificado. A criação de grupo de trabalho na Câmara de Políticas Sociais com potencial para apresentar propostas para a política indigenista que superem o quadro atual foi o ponto mais relevante.

A Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ/CC assessorou o Ministro-Chefe em questões de natureza jurídica e assegurou a constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais. Para tanto, procedeu a estudos e diligências quanto à juridicidade dos atos, projetos, processos e outros documentos, articulou-se com os Ministérios e respectivas consultorias jurídicas, e supervisionou a elaboração de projetos e atos normativos do Poder Executivo.

A Subchefia de Assuntos Parlamentares – SUPAR/CC, em cumprimento a suas competências, assessorou o Ministro de Estado no que se refere a uma ampla gama de assuntos parlamentares. Coube à SUPAR acompanhar a tramitação de proposições no Congresso Nacional e coordenar as assessorias parlamentares dos Ministérios e demais órgãos da Administração Pública Federal. Em conjunto com a SAJ/CC e a SAG/CC, participou da elaboração de mensagens do Poder Executivo ao Congresso Nacional. A fim de garantir a uniformidade da ação governamental quanto à matéria legislativa, colaborou na proposição de vetos presidenciais quando estes foram necessários.

A Secretaria de Administração – SA/PR, subordinada à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, tem como finalidade planejar, coordenar, supervisionar, dirigir e controlar a política interna relacionada com os diversos sistemas administrativos existentes, executar atividades de administração patrimonial e suprimento, de telecomunicações e de publicação dos atos oficiais, bem como as atividades de articulação com a Autoridade Certificadora Raiz, da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, e outras atribuições afins que lhe forem designadas pelo Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República.

A SA/PR tem um papel importante no ato de contribuir para a implementação das ações estratégicas da Presidência da República, fundamentando as suas atividades nos aspectos relevantes da qualidade, na cultura da eficiência e na disseminação de práticas bem-sucedidas relacionadas à gestão de pessoas, dos recursos orçamentários e financeiros que lhes são alocados, e ainda, dos sistemas de informatização, logísticos e telecomunicações.

A nova dimensão do Poder Executivo Federal, que resultou na ampliação da estrutura da Presidência da República, mediante a criação de quatro Secretarias Especiais e de um Gabinete de Ministro de Estado Extraordinário, aumentou as ações gerenciais da SA/PR, uma vez que ela passou a gerir atividades administrativas dos órgãos recém-criados e integrantes da Presidência da República. A par dessas ações, as Diretorias da Secretaria de Administração/PR vêm prestando o apoio técnico necessário aos Ministérios das Cidades, da Educação, da Justiça e da Agricultura, com o intuito de realizar uma tranquila transição das atividades administrativas atribuídas às Secretarias Especiais, de forma correta e transparente.

Com relação às despesas ocorridas em 2003, na área de licitações, destacam-se:

Em R\$ 1,00		
MODALIDADE	QUANTITATIVO	VALOR (*)
Inexigibilidade	33	8.970.293,24
Dispensa	493	24.533.397,24
Convite	132	1.946.352,36
Tomada de Preços	23	2.085.312,43
Concorrência	10	63.753.646,73
Pregão	61	21.019.988,21
TOTAL	752	122.308.990,21

(*) Balancete da SA no SIAFI. Posição: 02/01/2004

Uma das grandes contribuições da SA/PR para o conjunto da administração do Governo é o modelo de gestão do Programa Pool de Capacitação, pensado e desenvolvido pela Diretoria de Recursos Humanos - DIRHU, mas que tem como meta expandir-se para todas as Diretorias da SA/PR e ser replicado na administração pública como um todo, uma vez que pode envolver qualquer órgão público, independente do Poder (Executivo, Legislativo, Judiciário) ou instância federativa (Federal, Estadual, Municipal).

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás, e do Cadastro Único do Governo Federal. Seu objetivo básico é combater a fome e a pobreza, visando promover a emancipação das famílias beneficiadas.

Foi estabelecido que o Programa deveria atender 3,6 milhões de famílias em 2003, aumentando sua cobertura para 11,4 milhões de famílias até o ano de 2006.

Já no primeiro mês, o Programa Bolsa Família incluiu 1,1 milhão de famílias residentes em todos os Estados e no Distrito Federal, atingindo 4.396 municípios. Em novembro, o número de famílias beneficiadas pelo Programa saltou para 2,9 milhões. No mês seguinte, a meta inicialmente estabelecida foi cumprida, ou seja, em dezembro, o Programa já tinha como beneficiárias 3,6 milhões de famílias, em quase todo o território nacional, envolvendo recursos da ordem de R\$ 572,3 milhões. O quadro que segue permite observar a distribuição das famílias e dos recursos por região.

REGIÃO	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	FAMÍLIAS	VALOR R\$	FAMÍLIAS	VALOR R\$	FAMÍLIAS	VALOR R\$
Norte	103.521	8.506.295	212.056	16.948.370	279.131	21.820.921
Nordeste	611.921	44.828.172	1.805.422	137.817.010	2.130.571	159.677.191
Centro-Oeste	62.112	4.508.336	100.138	7.136.156	732.762	50.860.804
Sul	108.121	7.825.791	253.289	18.509.404	352.225	23.549.570
Sudeste	264.552	19.394.352	574.319	42.593.930	120.907	8.340.233
TOTAL	1.150.228	85.062.946	2.945.224	223.004.871	3.615.596	264.248.719

Entendendo que o enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da exclusão não é tarefa para um único ente da federação, e que deve prevalecer o espírito da cooperação entre os entes federados, foram apresentadas duas propostas aos Estados e Municípios: para os que têm programas próprios de transferência de renda, que considerem a transferência federal como parte do valor do benefício, e com essa diferença ampliem a cobertura; para todos, que tomem os grupos familiares atingidos pela transferência de renda como alvo privilegiado de outras políticas e programas desenvolvidos no âmbito local.

Os governos de Goiás, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Roraima já manifestaram a decisão de integrar seus próprios programas de transferência de renda ao Programa Bolsa Família. Alguns deles, como Goiás, Acre, Amazonas e Mato Grosso do Sul já definiram modelos de integração (que incluem um único cartão) e deram início à troca de bases de dados e à gestão compartilhada de cadastros.

Com os governos da Bahia, do Ceará e de Minas Gerais estão sendo discutidos termos de cooperação, tendo por base a oferta de programas estruturantes aos beneficiários do Bolsa Família. Em Goiás e no Rio Grande do Sul já está definida a participação das prefeituras de Goiânia e de Porto Alegre na integração dos programas de transferência de renda, o que envolverá as três esferas do poder executivo. Além destas, estão em curso negociações com outras prefeituras como, por exemplo, as do Consórcio da Alta Mogiana (São Paulo), as da região metropolitana de São Paulo, as do Rio de Janeiro, e as prefeituras de Belém, Campo Grande e Belo Horizonte.

Em conjunto com a Caixa Econômica Federal, agente gestor do Cadastro Único, foram desenvolvidos instrumentos para permitir às prefeituras o seu acesso, algo que até recentemente era impossível. Podendo acessar todas as informações contidas no Cadastro relativas aos seus municípios, os gestores municipais

das políticas sociais passarão a contar com uma ferramenta preciosa para o planejamento de suas ações. Paralelamente, estão sendo corrigidos erros do Cadastro, como, por exemplo, a duplicidade de famílias. No final de outubro foram identificados 2.174 casos de duplicidade, tendo sido providenciado o seu bloqueio.

Secretaria-Geral

À Secretaria-Geral da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo, na elaboração da agenda futura do Presidente da República, na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República, na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República, na realização de estudos de natureza político-institucional e outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

Dentre as atividades executadas pela Secretaria-Geral, no exercício de 2003, destacam-se aquelas relacionadas ao Plano Plurianual – PPA.

As diretrizes do governo para o PPA, elaboradas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram debatidas sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, em conjunto com a Casa Civil e a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica.

Para promover o desenvolvimento sustentável do país era necessário que o Estado recuperasse a capacidade de planejamento estratégico com outra qualidade, projetando o futuro do Brasil de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil. Com esse objetivo, o governo criou o PPA Participativo - processo de debate público em torno das diretrizes do Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007. Foram realizados fóruns do PPA nos 26 estados e no Distrito Federal, com a participação de 2.170 entidades e organizações de caráter nacional, regional ou temático, representando os mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Os fóruns regionais foram realizados em cada Capital, em parceria com a Associação Brasileira de ONGs - ABONG e Inter-Redes. As atividades eram abertas pelos governadores e prefeitos das capitais e, a seguir, um ministro de estado procedia à apresentação da proposta do governo federal. Na seqüência, em grupos de trabalho e plenárias, os representantes das entidades da sociedade civil promoviam o debate em torno das diretrizes do PPA.

Pela primeira vez na história do planejamento público brasileiro, representantes das entidades empresariais do setor industrial, de comércio e de serviços, centrais sindicais de trabalhadores, entidades do setor de agronegócios, organizações de trabalhadores rurais, movimentos sociais em geral, igrejas, universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica, organizações não-governamentais, personalidades e especialistas puderam participar ativamente do debate sobre o PPA e apresentar as suas demandas e propostas para o desenvolvimento do país.

O balanço qualitativo da participação social no PPA revela a efetividade do debate realizado. Foram incorporados à mensagem presidencial do projeto de lei do PPA 6 novos desafios aos 24 originais, sendo que, destes, 21 tiveram a redação alterada; 16 novas diretrizes gerais às 18 originais, que também tiveram 9 com a redação alterada; e 88 novas diretrizes específicas foram agregadas às 218 originais, que sofreram 8 alterações de redação.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

A implementação do CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, instância de interatividade entre o governo e os atores das mais diversas áreas econômicas e categorias sociais e institucionais, cujo papel é intensificar a participação social no Estado e promover uma ampla negociação em torno das prioridades e diretrizes das políticas e ações do setor público, em torno do desenvolvimento econômico e social do Brasil, é sem dúvida uma iniciativa pioneira de grande significado nacional.

No âmbito do CDES, foram discutidas em profundidade as propostas das Reformas Previdenciária, Tributária e Trabalhista. Essas discussões incorporaram elementos importantes à proposta final dos dois primeiros temas enviados ao Congresso Nacional.

O espaço privilegiado do CDES tem sido cenário de importantes debates relativos à temática do desenvolvimento. Para tanto, foram criados diversos grupos temáticos: sobre microempresas e pequenas empresas, informalidade e autogestão, Plano Plurianual e fundamentos estratégicos para o desenvolvimento. Mais recentemente, a partir de uma preocupação dos conselheiros com a retomada do crescimento da economia, foi constituído e já se encontra em funcionamento um grupo de acompanhamento de conjuntura econômica, que propicia um enlace permanente entre o Conselho e a equipe econômica do governo.

Em complemento a esse processo, as Conferências e os Diálogos de Concertação constituem uma ferramenta adicional na busca de soluções e encaminhamentos consensuais sobre temas regionais, por meio da discussão aberta entre o governo, nas suas diferentes esferas, e a sociedade, nas suas distintas formas de representação, funcionando também como espaços para discussão de temas nacionais, bem como reprodução das agendas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em escala regional.

Foram realizadas quatro Conferências Regionais de Concertação: em Fortaleza, sobre Desenvolvimento Local e Inclusão Social; em Salvador, sobre Inclusão em Gênero e Raça; em Recife, sobre Segurança Urbana e Prevenção da Violência Metropolitana; e em Teresina, sobre Ética e Transparência na Aplicação de Recursos Públicos. Além disso, ocorreram sete Diálogos de Concertação.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA também integra a Presidência da República como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República. Conta com representantes da sociedade civil e do Estado e é um instrumento de articulação para propor as diretrizes para as políticas e ações na área da alimentação e nutrição para que o país garanta o direito humano à alimentação.

Dentre suas atividades, destaca-se o estímulo à formação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, sendo que até dezembro já haviam sido instalados 27 conselhos estaduais e 135 municipais. Além disso, o CONSEA está preparando a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a ser realizada no início de 2004.

Controle Interno da Presidência da República

A atuação da Ciset/PR visa, essencialmente, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, ao acompanhamento dos programas de governo e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais dos órgãos/entidades que lhe forem subordinados, tendo por finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de sua área de atuação, bem como da aplicação dos recursos públicos transferidos a entidades de direito privado; exercer o controle sobre as operações de crédito, avais e garantias, bem como sobre os direitos e haveres da União; e apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

Conforme Regimento, aprovado pela Portaria nº 258, de 22 de junho de 1999, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Ciset/PR sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sem prejuízo de sua subordinação administrativa à Casa Civil/PR, tendo como área de atuação os órgãos essenciais e os integrantes da Presidência da República, inclusive as suas entidades vinculadas ou supervisionadas.

No exercício de 2003, estavam sob a jurisdição da Ciset/PR as seguintes unidades: Gabinete da Presidência da República, Arquivo Nacional, Imprensa Nacional, Inst. Nacional de Tecnologia da Informação, Empresa Brasileira de Comunicação S.A., Gab. do Min. Est. Extr. de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Controladoria-Geral da União, Secretaria Nacional Antidrogas, Agência Brasileira de Inteligência, Advocacia-Geral da União, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Fundo Nacional para Criança e Adolescente, Secretaria Especial de Política Para as Mulheres, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Gabinete da Vice-Presidência da República.

Dentre as atividades desenvolvidas, no exercício de 2003, destacam-se aquelas referentes à auditoria e fiscalização, além daquelas relativas ao exame dos atos de admissão e desligamento de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões, efetuados pelas unidades jurisdicionadas.

Foram realizados 47 trabalhos de Auditoria, tendo como destaque 16 auditorias de Avaliação da Gestão, relativas às contas do exercício de 2002. Os respectivos processos foram remetidos, tempestivamente, ao Tribunal de Contas da União, para fins de julgamento, sendo 12 tomadas de contas anuais dos órgãos da Administração Federal direta e 4 prestações de contas das entidades da Administração Federal Indireta.

AUDITORIAS FISCALIZAÇÕES TCE	2003
Avaliação da Gestão – 2002	16
Acompanhamento da Gestão – 2003	12
Especial	05
Tomada de Contas Especial	08
Auditorias em Contratos de Recursos Externos	04
Fiscalizações	02
TOTAL	47

Fazendo um comparativo das certificações das contas, com relação ao ano de 2002, verificamos os seguintes resultados:

TIPO DE CERTIFICADO	EM 2002 (A)	EM 2003 (B)	DIFERENÇA (B-A)
Regular	7	3	-4
Regular com Ressalvas	7	13	+6
Irregular	3	0	-3
TOTAL	17	16	0

Observa-se uma diminuição significativa dos certificados “Regular” (de 7 para 3) e “Irregular” (de 3 para nenhum) e, em decorrência, uma maior concentração na certificação “Regular com Ressalvas”.

Em relação ao acompanhamento de programas de governo, as ações de controle centraram-se no Programa Fome Zero devido ao alcance social, à repercussão internacional e ao grande volume de recursos financeiros alocados a suas ações. A execução desse programa, concebido pelo governo empossado em 1º de janeiro de 2003 como uma política nacional participativa de segurança alimentar e combate à fome, com o objetivo de proporcionar aos brasileiros acesso à comida em quantidade, qualidade e regularidade necessárias ao seu sustento, era de responsabilidade, no exercício de 2003, do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA.

A atuação da Ciset/PR no acompanhamento da execução do Programa Fome Zero ocorreu de forma sistemática em duas das ações governamentais que o integram: *Combate à Fome com Ações Voltadas para a Educação Alimentar e Melhoria das Condições Sócio-econômicas das Famílias* e *Combate à Fome com Assistência Financeira à Família Visando a Complementação de Renda para a Compra de Alimentos - Fome Zero*.

A dinâmica dessas ações obedeceu à seguinte cronologia: (i) elaboração de estratégias de abordagem e de instrumentos de avaliação que incluíssem fiscalizações exploratória e piloto (escalas locais) com o intuito de testar os instrumentos desenvolvidos; (ii) lançamento de fiscalizações em escala nacional com o apoio da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União – SFC/CGU.

Paralelamente a essas ações, procedeu-se, também, à análise das informações constantes da base de dados utilizada pelo Programa Fome Zero, o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, para identificar eventuais inconsistências como duplicidades de cadastro e/ou de pagamentos e percepção de benefícios por pessoas falecidas, esta última mediante cruzamento com a base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social – SISOB.

Na avaliação da Ação *Combate à Fome com Ações Voltadas para a Educação Alimentar e Melhoria das Condições Sócio-econômicas das Famílias* acompanhou-se a participação do MESA no “Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido – P1MC”, promovido pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA, entidade de direito privado sem fins lucrativos que trabalha na promoção e implementação de políticas públicas adequadas ao Semi-Árido e sua população. O P1MC abrange os 9 Estados do Nordeste, mais a parte

setentrional de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo e objetiva proporcionar água limpa e de boa qualidade às famílias da região.

O Termo de Parceria nº 01/2003-MESA/APIMC formalizou a participação do MESA no P1MC, que tem por objeto desenvolver, implementar e executar o programa visando à construção de 12.040 cisternas rurais em municípios situados nos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, região norte do Espírito Santo, Maranhão, Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Os trabalhos de campo desenvolvidos pela Ciset/PR, como ação de controle exploratória, contemplaram visitas às unidades microrregionais da Diocese de Caruaru/PE, responsável pela implantação do Programa nos municípios de Bezerros, Caruaru, Gravatá e Sairé, e de Centro Sabiá/PE, responsável por Bom Jardim. Os resultados desses trabalhos indicaram que as ações executadas pelas Unidades Gestoras Microrregionais de Caruaru e Centro Sabiá, nos municípios visitados no Estado de Pernambuco, estão em conformidade com o estabelecido no Termo de Parceria.

O acompanhamento da ação *Combate à Fome com Assistência Financeira a Família Visando a Complementação de Renda para a Compra de Alimentos - Fome Zero*, materializada no Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA (ou Programa Cartão Alimentação – PCA), efetivou-se sobre suas duas formas de concessão de benefícios: distribuição de recursos financeiros mediante cartão unificado e acesso a alimentos em espécie.

Os trabalhos da Ciset/PR no acompanhamento da distribuição de recursos financeiros consistiram de fiscalizações realizadas nos municípios de Felizburgo/MG (exploratória), Moraújo/CE (piloto) e em outros seis sorteados no 7º Sorteio de Municípios realizado pela CGU (Lagoa da Canoa/AL, Campos Sales/CE, Rio do Prado/MG, Fronteiras/PI, São Francisco de Assis/PI e Telha/SE), bem como na análise das informações constantes do CadÚnico e no cruzamento com os dados do Sistema de Óbitos – SISOB – do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Os resultados desses trabalhos revelaram algumas fragilidades no programa tais como: pagamento de benefícios a pessoas que não preenchiam os requisitos legais; atuação do Comitê Gestor Local – CGL – fora do padrão concebido pelo MESA, bem como inconsistência e/ou desatualização dos dados do CadÚnico. Em decorrência dessas constatações foi solicitado ao MESA que fizesse gestões junto à Caixa Econômica Federal – CEF, responsável pelo processamento dos dados do CadÚnico, e com as autoridades municipais e membros dos CGL para solucionar os problemas constatados.

Quanto ao acesso a alimentos em espécie, este se deu pela distribuição de cestas básicas, em caráter emergencial, aos acampados do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST – em diversas localidades de dezoito unidades da federação. Realizaram-se ações de controle, que contaram com o apoio da SFC/CGU, para avaliar os procedimentos de aquisição, armazenamento e distribuição das cestas, sendo que o principal problema constatado foi diferença de classificação entre os produtos adquiridos e os entregues pelos fornecedores (produtos de qualidade inferior). O MESA, informado do ocorrido, manteve contatos com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, responsável pelos procedimentos operacionais de compra, armazenagem e distribuição das cestas, para substituição dos produtos já entregues e de classificação incompatível com o contratado.

As atividades executadas para verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões na Administração Pública Federal Direta, bem como às admissões e desligamentos no âmbito da Administração Indireta, em consonância com o estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 044 e Resolução TCU nº 152, ambas de 02.10.2002, foram as seguintes: (i) análise de 437 processos de aposentadoria e pensão, resultando em 157 processos diligenciados e 280 análises conclusivas; (ii) exame de 586 Atos de Admissão e Desligamento, sendo 541 da AGU e 45 da Radiobrás; e (iii) atendimento a 27 diligências do Tribunal de Contas da União.

Controladoria Geral da União

Instituída pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2 de abril de 2001, a então Corregedoria-Geral da União teve, originalmente, como propósito declarado, o de combater, no âmbito do Poder Executivo Federal, a fraude e a corrupção e promover a defesa do patrimônio público.

Posteriormente, editou-se o Decreto nº 4.177, de 28 de março de 2002, integrando a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a Comissão de Coordenação de Controle Interno – CCCI à estrutura da então Corregedoria-Geral da União.

O mesmo Decreto nº 4.177 transferiu para a Corregedoria-Geral da União as competências de ouvidoria-geral, até então vinculadas do Ministério da Justiça.

Efetivou-se, dessa forma, o agrupamento das principais funções administrativas de controle, consolidando-as numa única estrutura funcional.

Já neste Governo, a Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterou a denominação para Controladoria-Geral da União assim como atribuiu ao seu titular a denominação de Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Em face de todas essas modificações normativas, a Controladoria-Geral da União assumiu a função de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, incumbido da orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos que compõem esse Sistema.

A CGU passou, então, a incluir entre suas responsabilidades a promoção da transparência e a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade, atuando, para tanto, em três grandes áreas: 1) no controle interno dos recursos públicos; 2) na atividade correicional; e 3) na atividade de ouvidoria-geral, que se encontram no núcleo essencial da proposta política e do programa de metas fundamentais do Governo Federal.

Conforme preceituam a Lei nº 10.683 de 2003, e o artigo 1º do Decreto nº 4.785, de 21 de julho de 2003, compete à Controladoria-Geral da União assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, correição e ouvidoria-geral.

Compete, ainda, à Controladoria-Geral da União: dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas a lesão, ou ameaça de lesão, ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde; e exercer a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando, como Órgão Central, a Orientação Normativa que julgar necessária.

Vinculação com o Plano Plurianual

A Controladoria-Geral da União é responsável pela condução do Programa Avaliação da Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo do Plano Plurianual 2000/2003, que tem como objetivo aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Federal, bem como zelar pela regularidade da gestão dos administradores públicos federais. O Programa é composto pelas seguintes ações: Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais (Atividade); Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais (Atividade); Defesa do Patrimônio Público (Atividade); Estruturação Organizacional da Controladoria-Geral da União (Projeto); e Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle (Atividade).

Visando um melhor ajuste dos processos de trabalho então utilizados às propostas políticas deste governo, a Controladoria adotou uma nova metodologia para os trabalhos do controle interno. As avaliações que lhe compete fazer, tanto da execução propriamente dita dos programas de governo, quanto da gestão dos administradores públicos federais, antes baseadas principalmente nas fiscalizações realizadas sobre a execução de programas de governo, selecionados em função de suas importâncias relativas e riscos para a consecução das políticas públicas, com as fiscalizações definidas por meio de amostras estatísticas aleatórias, passaram a incorporar os resultados das fiscalizações realizadas sobre a aplicação local de recursos federais em áreas municipais, escolhidas mediante sorteios públicos. Essa inovação, propiciando completa transparência ao processo de determinação dos municípios que serão visitados pelos auditores, não só transmite à sociedade segurança quanto ao absoluto rigor técnico e isenção com que atua a Controladoria, como também estimula a população a participar do controle da aplicação dos recursos públicos.

A introdução dessas inovações, contudo, não inviabilizou a continuidade das demais ações do programa previstas no PPA 2000/2003, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES	METAS ESTIMADAS	METAS REALIZADAS
Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais	1.223	1.453
Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais	22.363	21.655
Defesa do Patrimônio Público	400	508
Estruturação Organizacional da Controladoria-Geral da União	15%	-
Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle Interno	1	1

Na Ação Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais estão incluídas as ações de controle realizadas no âmbito do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. A Ação Projeto de Estruturação da CGU não foi realizada por depender de assinatura de acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que não se concretizou, além de não ter havido liberação de limites orçamentários e financeiros suficientes para sua execução.

O Fortalecimento da Instituição

A área de atuação da CGU encontra-se no núcleo essencial da proposta política e do programa concreto de metas fundamentais do Governo Federal. Com o intuito de alcançar efetividade no cumprimento dessas metas, a CGU buscou tenazmente, no decorrer do exercício de 2003, o fortalecimento da Instituição, obtendo significativos avanços, como a atualização da base legal, a transformação e ampliação da antiga Corregedoria, e a integração das funções de Controle Interno, Ouvidoria e Correição.

Dessa forma, a atividade de Controle Interno passou a ser complementada pela de Correição que, atuando junto às Unidades Gestoras, vem contribuindo para dar expressão prática e executoriedade às recomendações das auditorias e fiscalizações realizadas pela Controladoria para garantir a correta aplicação dos recursos dos Programas de Governo.

Com a finalidade de recompor a força de trabalho do Controle Interno, que se encontra com sua capacidade de ação grandemente reduzida – a carreira Finanças e Controle conta com 5.000 cargos, dos quais apenas 1.830 estão preenchidos –, foi autorizada a realização de concurso público para o preenchimento de 300 cargos de Analistas de Finanças e Controle, cuja conclusão efetivar-se-á em maio de 2004.

De forma a iniciar a adequação das condições laborais das Unidades, as quais se encontravam em situação de extrema carência, foram obtidos em 2003 recursos orçamentários adicionais, por meio da aprovação de crédito suplementar, que possibilitou a aquisição de equipamentos de informática, móveis e equipamentos necessários aos trabalhos de auditoria, tais como, máquinas fotográficas e aparelhos medidores de grandes áreas do tipo GPS. Prosseguindo na busca da autonomia funcional da Instituição, foi obtida a criação de Unidade Orçamentária específica para a CGU.

Ressaltam-se, ainda, os intensos esforços de articulação empreendidos pela CGU, juntamente com os demais órgãos públicos que exercem outras parcelas das funções de controle em sentido amplo e em funções correlatas, com vistas a melhorar a qualidade dos trabalhos, evitando duplicidade de atuação e, ainda a agilizar os processos destinados a punir os responsáveis por desvios de recursos públicos, conforme descrito em tópico específico desse Relatório.

Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

Uma das iniciativas mais bem sucedidas da CGU no exercício de 2003 foi, sem qualquer dúvida, o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Trata-se de um modelo de fiscalização nunca antes utilizado no País (provavelmente inédito no mundo) e que visa à dissuasão e inibição da corrupção entre gestores de todas as esferas da Administração Pública.

O Programa utiliza o sistema de sorteios das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas municipais a serem fiscalizadas. Em cada uma dessas unidades sorteadas as equipes de fiscais e auditores (em média, com dez pessoas cada) não se limitam ao simples exame de contas e documentos – pois é notória a verdadeira indústria de notas frias e de documentos forjados que tem proliferado no País nos últimos anos,

com o fim específico de "fabricar" prestações de contas e desviar dinheiro público – mas também à inspeção pessoal e física feita nas obras e serviços, além do contato com a população, seja diretamente, seja por meio dos Conselhos Comunitários e outras entidades organizadas.

Ressalta-se que o programa não fiscaliza exclusivamente os recursos públicos federais destinados às Prefeituras. Seu objetivo é fiscalizar a aplicação de recursos federais na área geográfica dos municípios sorteados, sejam executados pelo gestor municipal, estadual, federal ou, ainda, por entidades privadas.

O sucesso do Programa é evidente. Pode ser medido pela enorme receptividade com que as equipes de fiscais são recebidas pela população dos municípios visitados. E também pelo crescimento geométrico das denúncias encaminhadas à Controladoria-Geral da União: centenas a cada mês, muito mais do que a CGU tem condições de atender de imediato. Vê-se, assim, que a população começa a acreditar na disposição do Governo em combater duramente a corrupção, iniciando a formação de uma cultura de participação da sociedade no controle dos gastos públicos – o controle social.

O primeiro sorteio foi realizado em abril de 2003 e, ao final do exercício, contabilizaram-se 281 áreas municipais sorteadas e fiscalizadas, em sete sorteios, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2 bilhões. As ações de controle geraram centenas de relatórios, que foram encaminhados aos diferentes órgãos públicos responsáveis pelas ações corretivas, como os Ministérios gestores, o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, entre outros. Também são divulgadas sínteses das principais constatações na Internet por meio do sítio da CGU (www.cgu.gov.br), com acesso amplo a qualquer cidadão.

As áreas municipais sorteadas em 2003 (o que ocorreu nos dias 03/04, 12/05, 18/06, 30/07, 03/09, 15/10 e 12/11/2003) distribuem-se, nos estados brasileiros, da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES MUNICIPAIS SORTEADAS POR ESTADO

ESTADO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS SORTEADOS
Acre	6
Alagoas	6
Amapá	6
Amazonas	7
Bahia	16
Ceará	16
Espírito Santo	6
Goiás	12
Maranhão	11
Minas Gerais	21
Mato Grosso do Sul	8
Mato Grosso	9
Pará	16
Paraíba	11
Pernambuco	11
Piauí	13
Paraná	11
Rio de Janeiro	16
Rio Grande do Norte	11
Rondônia	6
Roraima	6
Rio Grande do Sul	16
Santa Catarina	11
Sergipe	6
São Paulo	17
Tocantins	6
TOTAL	281

De um total de 23.108 ações de controle executadas no exercício de 2003, 14.095 se referem a fiscalizações relativas ao programa de sorteio, conforme distribuição apresentada na tabela a seguir.

ORDENS DE SERVIÇO GERADAS NO PROJETO SORTEIO

SORTEIO	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE OS REALIZADAS
1º	5	410
2º	26	2.306
3º	50	3.552
4º	50	2.783
5º	50	1.836
6º	50	1.654
7º	50	1.554
TOTAL	281	14.095

De acordo com os resultados relativos ao 4º e 5º sorteios, foi constatado que, dos 100 municípios visitados, 75 apresentaram irregularidades, 21 apresentaram apenas falhas formais e 4 não tiveram qualquer constatação de irregularidade ou falha formal (Espigão do Alto Iguaçu/PR e Iepê/SP, no 4º sorteio, e Bom Jesus do Tocantins/PA e Paraíba do Sul/RJ, no 5º sorteio).

Entre as irregularidades mais constatadas, estão obras inacabadas ou paralisadas, apesar de pagas; uso de notas fiscais frias; indícios de simulação de licitações ou irregularidades no processo de licitações, incluindo a participação de empresas fantasmas; superfaturamento de preços, entre outras.

Articulação das Ações

A integração das funções de controle interno (auditoria e fiscalização) com as funções de correição fez com que estas fossem postas como consequência das primeiras, com capacidade de dar-lhes expressão prática e executoriedade às suas recomendações.

Visando à integração de trabalhos e a troca de experiência com outros órgãos, adotou-se a prática de articulação das ações com interesses comuns que culminaram na celebração de convênios com o Ministério Público Federal e com os Ministérios Públicos de todos os estados da Federação para o desenvolvimento de ações conjuntas de auditoria, fiscalização, investigação e apuração de desvios de recursos públicos.

Daí o surgimento de inúmeros grupos de trabalho, comissões conjuntas, forças-tarefa, criados, alguns formais, outros informalmente, para o desempenho de missões conjuntas, com enormes ganhos em eficiência, economia de esforços e potencialização de resultados.

Ações que merecem destaque:

Algumas ações da Controlaria podem ser destacadas, conforme abaixo resume. Ressalte-se que muitas delas já incorporam a estratégia de atuação articulada descrita no item anterior.

Roraima/“Gafanhotos” – participação, juntamente com a Polícia Federal, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, das ações para identificação e desmonte do esquema envolvendo a contratação de funcionários “fantasmas” que, segundo denúncias, consomem grande parte da folha de pessoal no Estado de Roraima;

DNOCS - irregularidades em licitações, levando à recomendação, prontamente acatada, de anulação de quatro licitações para obras de infra-estrutura em projetos de irrigação, no valor total de R\$ 478 milhões;

MTE (FAT/Planfor) – auditorias realizadas pela CGU no Programa de Qualificação Profissional apontaram, dentre outras irregularidades, pagamentos para um número de treinandos muito superior ao efetivamente encontrado; milhares de repetições de nomes de treinandos, com duplicidades de pagamentos; pagamentos anteriores à vigência dos convênios; contratação de cursos profissionalizantes sem licitação e liberação de recursos sem a prestação de contas anterior, que resultaram em Tomada de Contas Especial encaminhada ao TCU, tendo a Área de Correição, por sua vez, encaminhado a matéria à Advocacia-Geral da União e ao Ministério Público Federal, para as ações de sua competência, em face da configuração de improbidade administrativa;

Previdência Social e Dataprev – a participação da Área de Correição nos Grupos de Trabalho responsáveis pela apuração de irregularidades no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, resultou no acompanhamento de 26 (vinte e seis) assuntos significativos - dentre eles permutas de imóveis, convênios de terceirizações e concessões

irregulares de benefícios previdenciários. Por iniciativa deste grupo foram instaurados 8 (oito) processos administrativos disciplinares e 5 (cinco) tomadas de contas especiais, procedendo-se, ainda, ao acompanhamento de outros 10 (dez) processos disciplinares e 3 (três) tomadas de contas especiais. Os valores envolvidos no acompanhamento das apurações atingem 1,2 bilhão de reais entre eventuais irregularidades e fragilidades de sistemas e o passivo de 150 bilhões de reais especificamente relacionado à pouca eficácia e morosidade na cobrança de débitos previdenciários;

MEC - ainda nessa linha de ação, a CGU apontou irregularidades no processo de credenciamento de cursos superiores, desvios nas administrações dos CEFETs e de escolas técnicas também do MEC;

Saúde – a Controladoria participou de forças-tarefa, junto com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de minucioso trabalho de auditoria sobre os recursos federais na área da saúde transferidos para o Distrito Federal. Ainda na área da saúde, os trabalhos da Controladoria apontaram para irregularidades na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e na Fundação Nacional da Saúde – FUNASA;

DNER – a CGU constituiu comissão interministerial em conjunto com o Ministério dos Transportes e a Advocacia-Geral da União, que passou a coordenar os trabalhos antes dispersos e inconclusos de apuração das irregularidades ocorridas naquela extinta autarquia;

DNIT – a CGU apurou, mediante ações conjuntas dos seus setores de auditoria e de correição, denúncias que obtiveram grande repercussão na imprensa, envolvendo altas autoridades da Autarquia e do Ministério dos Transportes, já havendo os resultados sido comunicados aos órgãos respectivos com as recomendações cabíveis;

Fundos Constitucionais – auditorias realizadas em projetos de financiamento concedidos pelo Finor e Finam também revelaram irregularidades em percentuais superiores a 70% dos casos;

Anatel – a partir de suas fiscalizações, a CGU procedeu à meticulosa avaliação sobre os controles da ANATEL destinados a assegurar o cumprimento das obrigações de universalização de acesso ao serviço telefônico fixo comutado no regime público, bem como quanto às metas de qualidade. Tais avaliações indicaram descumprimento e inadequação, que estão a merecer providências por parte da agência reguladora e que já foram objeto de recomendação da CGU;

Ocupação de terras públicas da União no Distrito Federal – a Controladoria-Geral instituiu grupos de trabalho para analisar a questão e propor medidas, resultando na parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e com o Ministério Público Federal, e na instauração de processos administrativos em vários órgãos federais. O trabalho desenvolvido resultou em Tomada de Contas Especial, pela Secretaria Federal de Controle Interno, na STN, COREF, SPU, DEST, GRPU-DF, IBAMA-DF e INCRA, observando-se a necessidade de relacionar os agentes públicos responsáveis pelos atos que podem ter dado origem aos prejuízos à União. Por força da especialidade das corregedorias, este processo encontra-se atualmente na Corregedoria da Área de Infra-estrutura;

Sistema de Saúde do Distrito Federal - apuração de irregularidades referentes aos desvios de verbas públicas. A matéria está sendo apreciada pelo Poder Judiciário, por iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público Federal;

CEFET/PA - denúncias encaminhadas ao Ministério da Educação e à Controladoria-Geral da União motivaram a instauração (por meio da Portaria Conjunta nº 3082, de 30 de outubro de 2003) da Comissão de Acompanhamento de Apurações de Responsabilidade e de Gestão no Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA. Composta por integrantes da Controladoria-Geral da União (Secretaria Federal de Controle Interno e Corregedoria da Área Social) e da Secretaria de Ensino Tecnológico do Ministério da Educação (SEMTEC), a comissão, considerando as irregularidades verificadas nos relatórios de auditoria produzidos pela SFC no CEFET/PA, agilizou o trâmite do Processo Administrativo Disciplinar nº 23000.001435/2002-47, que resultou na aplicação de penalidades de demissão a 4 (quatro) servidores e de cassação da aposentadoria de 1 (um) ex-servidor (conforme publicação no DOU de 15 de dezembro de 2003). No âmbito da Comissão CEFET/PA, encontram-se, ainda, em andamento, outros 3 (três) Procedimentos Administrativos Disciplinares, sendo um já concluído e encaminhado à apreciação da autoridade julgadora, em 12 de janeiro do corrente; outro em fase adiantada de instrução; e, o último, em fase inicial de procedimento. Com vistas ao ressarcimento dos recursos desviados ao Erário, a Comissão aguarda iniciativa do Ministério Público Federal, quanto à obtenção, junto ao Poder Judiciário, da quebra de sigilo bancário dos envolvidos;

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - A CGU, em conjunto com o Ministério Público Federal, apura possível envolvimento do então Presidente da CVM - Luiz Leonardo Cantidiano Varnieiri Ribeiro - no julgamento do Inquérito Administrativo CVM nº 08/01. Nesse inquérito busca-se verificar a existência de investidores brasileiros (ou estrangeiros residentes no Brasil) com aplicações em cotas do “Opportunity Fund” - um

Fundo de Investimentos “off-shore” destinado a captar recursos estrangeiros, mediante isenção de tributos e correção por um índice mais alto. O “Opportunity Fund” é administrado por empresa do Grupo Opportunity, para o qual o Sr. Luiz Leonardo Cantidiano Varnieiri Ribeiro já havia patrocinado a defesa - como advogado e antes de assumir a Presidência - perante a própria CVM; e

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - Procedimento de Auditoria Especial realizada pela CGU e deflagrada mediante solicitação de Parlamentares (Senadores, Deputados Federais e Distritais) constatou irregularidades na aplicação de recursos federais da ordem de R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de reais). Este repasse, da União para o Distrito Federal, destinava-se à aquisição de maquinário para o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Foram detectados desde vícios na dispensa de licitação até inadequação dos bens adquiridos.

Apuração de Denúncias e Representações

Por força do disposto na Lei nº 10.683, de 2003, é responsabilidade da CGU dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, cabendo às Corregedorias e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC a execução das ações de correção e de controle pertinentes. A Tabela a seguir demonstra as ações já concluídas, onde se verifica que a sociedade tem sido a maior demandante.

ACÕES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO ORIGINADAS POR DEMANDA

DEMANDANTES	ACÕES CONCLUÍDAS
Sociedade	1.405
TCU	111
MPU	80
Câmara dos Deputados	21
Outros Ministérios	33
Presidência da República	1
TOTAL:	1.651

Os processos relativos às demandas externas são tratados pontualmente com encaminhamento dos resultados aos demandantes e aos gestores responsáveis pelos recursos envolvidos, bem como, se for o caso, ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Esses resultados também são incorporados ao relatório de avaliação da gestão das respectivas unidades/entidades.

Dentre os casos mais graves, já com resultados divulgados, citamos: Maragogipe/BA; Porto Seguro/BA; Guamaré/RN; Cansanção/BA; Eldorado dos Carajás/PA; Barra do Corda/MA; Satuba/AL; Porto Alegre do Norte/MT; Cantá/RR; Jacutinga/MG; Ponta das Pedras/AL; Mucuri/BA; São Francisco do Maranhão/MA; Anápolis/GO e Goiás/GO.

Participação no Cenário Internacional

Foi assina, em 09.12.2003, no México, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, resultado de três anos de discussões e negociações entre mais de 120 países, entre eles o Brasil. A Convenção reflete o consenso sobre a necessidade de se implementar um sistema legal de âmbito global para enfrentar a corrupção. A nova convenção entra em vigor após ser assinada por 30 países, sendo que no Brasil, deverá, ainda, ser ratificada pelo Congresso Nacional.

Repatriação de Ativos - a Controladoria participou da fase final de elaboração do texto da mencionada Convenção, tendo dado ênfase à defesa da repatriação dos ativos oriundos de corrupção e transferidos para fora do país de origem. O texto-base da Convenção define os procedimentos para a prevenção e detecção de transferências de ativos oriundos de atos ilícitos, as medidas para a recuperação de propriedade, os métodos de cooperação internacional com vistas à recuperação de propriedade e confisco de bens, além de estabelecer parâmetros para a restituição de propriedade confiscada.

O texto acordado prevê a devolução integral do produto de corrupção aos donos legítimos nos países lesados, estabelecendo, como princípio, que o retorno dos bens deverá estar fundamentado em evidências de sua propriedade legítima ou da existência de dano. Nos casos de peculato e de apropriação indébita, o Estado

requerido deverá devolver os bens confiscados ao Estado requerente, com base em sentença final pronunciada por órgão competente do Estado requerente.

Já no caso de outros crimes, também cobertos pela Convenção, os bens confiscados deverão ser devolvidos ao Estado requerente sempre que este comprovar sua propriedade legítima sobre os bens confiscados, ou quando o Estado requerido reconhecer a existência de dano contra o requerente.

Enriquecimento Ilícito - na mesma Convenção alcançou-se acordo quanto a normas de conduta para funcionários públicos; medidas de transparência no trato da coisa pública; acesso público a informações relevantes sobre procedimentos governamentais; prevenção da corrupção no setor privado; participação da sociedade; e medidas para prevenir a lavagem de dinheiro. Tais dispositivos não constituíram preocupação para a delegação brasileira, uma vez que estão em vigor normas internas que cobrem todos esses temas.

Foi mantida, como era de interesse do Brasil, norma específica sobre enriquecimento ilícito (Artigo 20): "Sujeito à sua Constituição e aos princípios fundamentais de seu sistema jurídico, cada Estado-Parte deve considerar a adoção de medidas legislativas e outras, tanto quanto necessárias à caracterização como crime, quando cometido intencionalmente, do enriquecimento ilícito, ou seja, um aumento significativo de ativos por parte de servidor público que não possa explicar satisfatoriamente à luz de seus vencimentos legais".

Por meio de resolução, a ONU aprovou também a proposta de consagrar o dia 9 de dezembro como o Dia Internacional de Combate à Corrupção. A sugestão, da Transparência Internacional, foi encampada e transformada em proposta apresentada pela delegação brasileira.

A CGU participou, ainda, como representante do Governo Federal, do III Fórum Global Sobre Combate à Corrupção e Salvaguarda da Integridade, realizado em maio de 2003 em Seul – República da Coreia, defendendo a candidatura do Brasil para sediar o próximo Fórum Global.

Evidenciando o acompanhamento internacional do esforço do Brasil no combate à corrupção, a candidatura foi aceita, de forma que o País foi convidado para sediar, em 2005, o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, evento que contará com a presença de ministros de mais de cem países para discutir o aprimoramento dos métodos de combate à corrupção e a cooperação internacional nessa área.

Cooperação com o Governo Francês – a Controladoria, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, logrou incluir, no bojo da cooperação entre o Brasil e a França, o combate à corrupção, como tema que demandará iniciativas de ambas partes. Ficou consignada a intenção de que fosse estreitado o relacionamento entre as instituições responsáveis pelo controle do erário público e a prevenção à corrupção, conforme os entendimentos havidos durante a visita do Chefe da Controladoria-Geral da União, Ministro Waldir Pires, à Corte de Contas e ao Centro Nacional de Prevenção à Corrupção.

Promoção da Transparência Pública

Na linha de atuação de combate à corrupção, aliada à promoção da transparência pública, destacam-se duas grandes iniciativas:

Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção – Instituído pela Lei no 10.683, de maio de 2003, por proposta da CGU, e já regulamentado, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção é integrado paritariamente por representantes do Governo e de entidades da sociedade civil, tendo como missão debater e sugerir estratégias de combate à corrupção e à impunidade, bem como discutir e propor medidas visando ao aperfeiçoamento dos métodos de controle da Administração Pública e à crescente transparência de seus atos.

É interessante frisar que, além de representantes do Poder Executivo, o Conselho abrigará também representantes convidados do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União, o que representa mais um passo na direção da integração das ações dos diversos poderes do Estado no combate à corrupção; e

Portal da Transparência - Estão sendo mapeadas pela Controladoria-Geral da União todas as origens e destinações de recursos federais transferidos para estados e municípios. A partir desse trabalho, está sendo desenvolvido o Portal da Transparência, um sistema informatizado e capaz de disponibilizar aos cidadãos, via internet e por outros meios, em linguagem acessível, as informações relativas a tais recursos. No momento, estão sendo viabilizados os canais de comunicação e a disponibilização dos dados, em articulação com os Correios, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outros órgãos que dispõem de estrutura e capilaridade de agências que facilitam a divulgação dessas informações ao maior número possível de interessados nos mais distantes recantos do País.

Ouvidoria

A Constituição Federal de 1988 prevê, além da proteção aos direitos individuais (art. 5º), o direito à participação do usuário na Administração Pública, e determina que esta deverá obedecer, dentre outros, ao princípio da publicidade, moralidade e eficiência (art. 37). A necessidade de defesa dos direitos coletivos e individuais e de uma administração pública transparente e responsável é reconhecida por todas as nações democráticas do mundo, tendo muitas adotado um instituto específico para a sua defesa - o ombudsman.

A Ouvidoria-Geral da República foi criada em 1992, como órgão específico singular do Ministério da Justiça, pela Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992, e ali permaneceu até o advento do Decreto n.º 4.177, de 28 de março de 2002, que transferiu a competência de ouvidoria-geral para a então Corregedoria-Geral da União. No período compreendido entre os anos de 1992 a 2000 coube ao Gabinete do Ministro de Estado da Justiça exercer as atividades de Ouvidoria-Geral da República. Em razão do Decreto n.º 3.382, de 14 de março de 2000, passou o Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça a acumular o cargo de Ouvidor-Geral da República, situação que perdurou até a transferência do órgão para a Corregedoria-Geral da União em 2002.

A Ouvidoria-Geral da República tem por propósito o aprimoramento da prestação do serviço público por meio da adequada atenção às manifestações dos cidadãos. Quando um cidadão se manifesta e alerta sobre a inadequação na prestação de um serviço público e a Administração “conserta o erro” e, principalmente, “a causa do erro”, toda a sociedade é beneficiada.

A Ouvidoria-Geral da República atua, dessa forma, como mediador entre o cidadão e os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e desse modo não exige – recomenda, não obriga – convence, não impõe – negocia, tendo como perspectiva de atuação a adoção de soluções sustentáveis e que aproveitem a toda a sociedade. A ocorrência, em tese, de casos de negligência, omissão, ineficiência, falhas em obedecer a políticas ou procedimentos, discriminação, descortesia, atraso injustificado, informações ou orientações imprecisas ou recusa injustificada no fornecimento de informações ou orientações, dentre outros, pode ensejar uma manifestação para a Ouvidoria-Geral da República.

De acordo com o artigo 10 do Decreto n.º 4.785, de 21 de julho de 2003, à Ouvidoria-Geral da República compete: apreciar e emitir parecer sobre manifestações e representações relacionadas com procedimentos e ações de agentes públicos, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal, a partir de manifestações recebidas; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos; congrega e orienta a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

Principais atividades desenvolvidas

Estruturação da equipe -a partir do segundo semestre de 2003 foi possível ampliar a atuação da Ouvidoria-Geral da República com a requisição de servidores provenientes de outros órgãos e unidades do Poder Executivo Federal e a ampliação de cargos de assessoramento determinados pelo Decreto nº 4.785, de 21 de julho de 2003 (estrutura regimental básica da CGU). Em agosto de 2003 a Ouvidoria-Geral da República já completava o seu quadro de quinze servidores e que foram responsáveis, entre outras atividades, pela análise de 1.446 manifestações de cidadãos em 2003. Nesse período foram concluídas 1.061 manifestações (73%), restando 326 manifestações (23%) em análise técnica e 56 manifestações sobrestadas (4%), aguardando informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Estruturação de Central de Atendimento para recebimento de manifestações dos cidadãos - de forma a ampliar e facilitar o encaminhamento de manifestações dos cidadãos para a Ouvidoria-Geral da República foi elaborado, em maio de 2003, projeto conjunto de compartilhamento de serviços de central de atendimento com a Ouvidoria do Ministério da Fazenda, que todavia, por dificuldades operacionais, não logrou ainda ser implementado.

Criação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - prioridade desta gestão, a proposta da criação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal foi amplamente discutida em grupo de trabalho de representantes da Controladoria-Geral da União durante o segundo semestre de 2003. Prevê-se, no início de 2004, fechar proposta, tendo também a participação de ouvidores do Poder Executivo Federal, para encaminhamento ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Acompanhamento e apoio à implantação de unidades de ouvidoria no Poder Executivo

Federal - foram realizadas várias audiências com Ministros, Secretários-Executivos e representantes dos Ministérios para esclarecimento e incentivo na implantação de unidades de ouvidoria nesses órgãos e entidades vinculadas. A Ouvidoria-Geral da República procurou, com especial ênfase, durante o ano de 2003, congregar e dar visibilidade à atuação das ouvidorias por meio da realização de eventos de repercussão nacional como o I Encontro Nacional de Ouvidorias do Poder Executivo Federal e o I Fórum Nacional de Ouvidores Públicos, que visam, dentre outros objetivos, a harmonizar e integrar a atuação das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, em benefício do cidadão. A futura criação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal permitirá maior racionalidade na atuação das unidades de ouvidoria através da definição das competências concorrentes e atividades a serem desenvolvidas pelos órgãos integrantes desse sistema. Estão identificadas atualmente 85 unidades de ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal.

Apoio à Defesa dos Direitos Humanos - a Ouvidoria-Geral da República iniciou em 2003 apoio à ação dos órgãos de Defesa dos Direitos Humanos como a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – CDH e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. A Ouvidoria tem participado regularmente das reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH da SEDH/PR e presente com representantes desses Órgãos em visitas à localidades com flagrante violação dos Direitos Humanos como a recente VIII Caravana de Direitos Humanos promovida pela CDH, que tratou do conflito em terras indígenas, e o julgamento dos envolvidos no caso Meninos Emascarados de Altamira, Pará. A Ouvidoria-Geral da República participou da VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos, tendo inclusive conseguido sensibilizar os participantes para a importância da ampliação da participação das ouvidorias nas ações afetas aos direitos humanos.

Relações Institucionais - participação de vários eventos como promotor ou apoiador relacionados com o tema Ouvidoria e Defesa de Direitos Humanos.

Correição

Correição é o procedimento de fiscalização do cumprimento dos princípios e das normas que regem a Administração Pública – especialmente aqueles atinentes à legalidade, à impessoalidade e à moralidade –, com a finalidade de assegurar a apuração das responsabilidades, a aplicação das sanções cabíveis, a integral reposição dos prejuízos aos cofres públicos e a retomada dos rumos desviados.

Na estrutura organizacional da Controladoria-Geral da União, a atividade de correição é desempenhada por três corregedorias de atuação integrada. A partir do exercício de 2003, com vistas à adequação e otimização no cumprimento de suas funções e atribuições institucionais, alterou-se a estrutura funcional destas corregedorias. A divisão das atribuições, antes baseada nas fases procedimentais da correição, passou a ser feita segundo as grandes funções da Administração Pública. Assim, onde havia uma estrutura formada por Corregedorias de Instrução, de Procedimentos e de Execução, passou a vigorar a especialização, integrada por corregedorias que concentram a análise de três grandes funções de governo: as áreas econômica, social e de infra-estrutura.

A concentração e especificidade de matérias nas respectivas corregedorias objetivaram a agilização nas apurações de irregularidades e malversações dos recursos públicos federais, além de permitir uniformização e integração das ações de fiscalização e auditoria do controle interno com as ações de correição desenvolvidas pelas Corregedorias. A interação entre as Corregedorias e suas correspondentes Diretorias do controle interno também gerou frutos na redução da burocracia interna e na otimização das rotinas de trabalho.

As competências legais e regimentais das Corregedorias vêm definidas no art. 11 do Decreto no 4.785, de 21 de julho de 2003, em suas respectivas áreas de atuação: instaurar e conduzir os procedimentos correccionais para apurar irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Federal; promover inspeções; propor a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando verificada a omissão da autoridade responsável; efetuar a permanente fiscalização das informações prestadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal, acerca do curso das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares; propor a realização de perícias ou laudos periciais de órgãos e entidades da Administração Pública Federal; propor a constituição de Grupos Especiais ou Temporários de Trabalho para instruir procedimentos em curso no âmbito da Controladoria-Geral da União; e propor o encaminhamento de peças de informação ao Ministério Público Federal e Departamento de Polícia Federal, quando houver indícios de responsabilidade penal e à Advocacia Geral da União, para adoção das medidas cabíveis à indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário.

Forma de atuação

As Corregedorias atuam a partir do recebimento de denúncias e representações que lhes são encaminhadas por cidadãos, parlamentares, membros do Ministério Público, partidos políticos e outros. Atua também de ofício, a partir de notícias divulgadas na imprensa, em que se apontem indícios ou provas da prática de ilícitos administrativos ou penais.

No que tange às denúncias, registra-se que, em 2003, deram entrada na Controladoria mais de 8.500 documentos relativos a notícias de desvios de recursos públicos ou conduta irregular de servidores. Após exame de sua admissibilidade, no qual se verifica a consistência das denúncias e a competência da Controladoria para apurá-las, 1.327 foram autuadas. Importante destacar que este número não inclui as denúncias que envolvam a aplicação de recursos públicos federais por administrações municipais, que, em razão do volume, recebem tratamento diferenciado, conforme descrito abaixo.

O curso natural da denúncia autuada é o seu encaminhamento ao controle interno, com vistas à realização de ações de fiscalização e auditoria. Em alguns casos, entretanto, quando os elementos constantes da denúncia assim o permitem, são realizadas diligências diretamente nos órgãos onde teriam se verificado as irregularidades apontadas.

Com base nas informações do controle interno e de diversos órgãos da Administração Pública, e através da agregação dos dados de inteligência, forma-se, por meio da emissão de uma nota técnica, um juízo de valor que, no limite, pode redundar na requisição de instauração de procedimentos disciplinares, de tomadas de contas especiais, e do encaminhamento dos fatos apurados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, nas hipóteses em que restarem configurados indícios da prática de ilícitos penais.

As Corregedorias ainda, quando instadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, encarregam-se da fiscalização do cumprimento das recomendações do controle (interno e externo). Portanto, o descumprimento injustificado das recomendações do controle determina a adoção de ações correcionais.

Combate à lavagem de dinheiro associada à corrupção

Na linha de atuação voltada para o combate à “grande corrupção”, as Corregedorias passaram a orientar suas atividades para o combate à lavagem de dinheiro. Em toda operação de lavagem de dinheiro há, quase sempre, a ação ou omissão de algum agente público ou político para facilitar o fluxo desses recursos ilicitamente obtidos. Nesse contexto, dois fatos se destacam:

COAF – por iniciativa do atual governo, a Controladoria-Geral da União passou a integrar o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF), o que é considerado essencial para o bom desempenho das responsabilidades da Controladoria na área do combate à corrupção como um dos crimes antecedentes ao ilícito de lavagem de dinheiro. Além disso, concluíram-se entendimentos junto ao COAF com os seguintes objetivos: i. comunicação à Controladoria de movimentações suspeitas envolvendo servidores públicos (a Controladoria já recebeu as primeiras comunicações); ii. estabelecimento de um canal direto de consulta pelo qual a Controladoria pode pedir ao COAF informações acerca de pessoas eventualmente envolvidas em desvios de recursos públicos.

Caso CC-5/Banestado – a Controladoria vem agindo também de forma integrada com outros órgãos do Governo no combate à chamada “grande corrupção”, como as remessas ilegais de dinheiro (US\$ 30 bilhões, segundo as denúncias) para o exterior através das chamadas contas CC-5, com utilização da agência do Banestado em Nova Iorque, a partir de agências bancárias localizadas em Foz do Iguaçu (Paraná). A Controladoria conseguiu, de forma inédita para este Órgão, junto ao Poder Judiciário, a extensão da quebra do sigilo bancário dos envolvidos e está realizando o cruzamento desses dados com o cadastro de agentes públicos federais, para identificar eventuais remessas irregulares para o exterior oriundas de corrupção, de forma a responsabilizar tais agentes por ação ou omissão em qualquer caso de envio irregular para o exterior. Esta é a primeira vez, na história da Administração Federal Brasileira, que isso aconteceu. Essas informações estão sendo compartilhadas com o Ministério Público Federal. O empenho do Governo neste caso já levou, recentemente, à prisão do doleiro Alberto Youssef, acusado de crime contra o Sistema Financeiro Nacional e contra a ordem tributária, operação ilegal de câmbio, evasão de divisas e sonegação fiscal.

ENCLA – a Controladoria teve atuação destacada na elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, que culminou na reunião realizada, nos dias 5 a 7 de dezembro, em Pirenópolis,

Goiás. Tanto assim, que está encarregada de organizar os trabalhos para consecução de várias das metas inseridas nos objetivos estratégicos da ENCLA, quais sejam:

Meta 6 – “Elaborar, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério Público Federal, projeto de código de ética que oriente os agentes públicos envolvidos em atividades investigatórias sobre o relacionamento que devem ter com a imprensa, equilibrando a liberdade de imprensa com a necessidade de sigilo para o êxito das investigações e a de preservar a presunção de inocência.”

Meta 15 – “Elaborar (em conjunto com a AGU, MPF e DRCI) estudo sobre a possibilidade de criminalização do enriquecimento ilícito, considerando os termos das Convenções da OEA e da ONU, assinadas pelo Brasil.”

Meta 29 – “Preparar instrumento normativo e campanha para orientar os órgãos públicos federais e estaduais a investigar sinais exteriores de riqueza e outros indícios de corrupção e lavagem de dinheiro apresentados por seus funcionários (sindicância patrimonial).”

Adicionalmente, a Controladoria assumiu a tarefa de apresentar estudos e propostas referentes à flexibilização dos sigilos bancário e fiscal de agentes públicos e de empresas que contratam com o Governo, como também acerca da circulação de informações sigilosas entre os órgãos públicos envolvidos na investigação e controle da lavagem de dinheiro.

Seminário sobre Corrupção e Lavagem de Dinheiro – para refletir sobre temas como a corrupção, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa, sigilo bancário e fiscal, a Controladoria realizou, no mês de novembro de 2003, Seminário sobre Corrupção e Lavagem de Dinheiro, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil e a Associação Nacional dos Procuradores da República. O evento, que antecedeu à ENCLA, teve por objetivo identificar problemas, priorizar ações e discutir formas de ação conjunta no combate à lavagem de dinheiro.

Combate à Corrupção

Articulação das ações - a integração das funções de controle interno (auditoria e fiscalização) com as funções de correição fez com que estas fossem postas como consequência das primeiras, com capacidade de dar-lhes expressão prática e executoriedade às suas recomendações. Além disso, na apuração de denúncias várias, formaram-se grupos de trabalho com a participação de servidores das Corregedorias e da Secretaria Federal de Controle Interno, como já referido anteriormente.

Adotou-se a prática de articulação de ações com setores externos à Controladoria, que culminaram, por exemplo, na celebração de convênios com o Ministério Público Federal e Ministérios Públicos de todos os estados da federação.

Capacitação de Servidores em Processo Administrativo Disciplinar - a Administração Pública Federal não possui número suficiente de servidores capacitados para compor as comissões encarregadas dos Processos Administrativos Disciplinares – PAD. Assim, foi elaborado, pela Área de Correição, o Programa de Capacitação em PAD, que tem como objetivo geral oferecer conhecimentos específicos e práticos necessários à habilitação de servidores públicos federais para participar de comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares. Entretanto, a clientela-alvo foi dividida em dois grandes grupos: o primeiro, composto por membros das carreiras jurídicas da Administração Pública (procuradores federais e advogados da União) e o segundo grupo, integrado por servidores em geral.

O treinamento para os membros das carreiras jurídicas, ministrado em parceria com o Centro de Estudos Victor Nunes Leal, da Advocacia Geral da União, foi realizado em agosto e dezembro de 2003, para grupos de 40 participantes, com previsão da realização de novos cursos a partir de março de 2004, nas regionais do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e São Paulo, para atingir a capacitação de cerca de 160 (cento e sessenta) profissionais.

Para o segundo grupo, foi realizado o 1º curso de treinamento na cidade de Belém – PA, entre os dias 1º a 5 de dezembro de 2003, para uma turma de 35 (trinta e cinco) alunos de órgãos como os Ministérios da Saúde, do Trabalho, da Agricultura, INCRA, INSS, IBAMA e Procuradoria-Geral Federal. Esse evento atingiu plenamente seus objetivos. Para este grupo, está prevista, para o primeiro semestre de 2004, a realização de 16 (dezesseis) cursos, distribuídos pelas capitais, em função da localização dos servidores públicos federais, objetivando capacitar 500 (quinhentos) servidores públicos federais efetivos de órgãos e entidades federais, em nível nacional. A distribuição das vagas pelos órgãos e entidades obedece a critério de proporcionalidade em razão do número de procedimentos disciplinares a serem instaurados. Todos os investimentos necessários aos cursos deste grupo são realizados pela CGU. O projeto se insere no Programa 1178 do Plano Plurianual de Ações do Governo Federal – PPA – 2004/2007.

Sistema de Corregedorias - a Controladoria concluiu estudos com vistas à elaboração de um anteprojeto de lei que cria o Sistema de Corregedorias do Poder Executivo Federal. A idéia é propor a institucionalização de um Sistema de Corregedorias, integrada por corregedorias central, setoriais e seccionais. Segundo essa proposta, todos os Ministérios, assim como os órgãos de maior vulnerabilidade ou relevância, teriam Corregedorias próprias, com autonomia de função e articuladas com a Controladoria.

Denúncias focadas em municípios - uma Comissão, composta por servidores da Área de Correição, da Diretoria de Instrução e da Secretaria Federal de Controle Interno, foi estabelecida para fins de agilizar o exame das denúncias e representações que envolvam a aplicação de recursos públicos federais por administrações municipais. Essa necessidade foi identificada a partir do desenvolvimento do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, que fez crescer exponencialmente o volume de denúncias focadas em programas executados no nível municipal. Esta Comissão apreciou, em 2003, cerca de 700 denúncias, quanto à admissibilidade e avaliação de seu encaminhamento. As denúncias acolhidas são encaminhadas à Secretaria Federal de Controle Interno para que sejam apuradas quando da realização de fiscalizações e auditorias nas respectivas áreas municipais, sendo inclusive aproveitadas no próprio Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Em alguns casos, essas denúncias ensejam a atuação direta das Corregedorias junto aos Ministérios e a órgãos como a Receita Federal, a Polícia Federal e Ministério Público.

Conflito de interesse público X privado. Mudança no regime de Quarentena do Serviço Público Federal – a Controladoria ultimou os trabalhos para confecção de uma nova proposta de normatização da quarentena no Brasil. Nos moldes atuais, a quarentena abrange poucas autoridades e por um período muito curto (4 meses). A CGU pretende encaminhar à Casa Civil duas propostas: a) a de um projeto de decreto que amplia o rol de autoridades submetidas à quarentena e cria regras de impedimento para o exercício de atividades privadas por servidores licenciados que detêm informações privilegiadas; b) a de um projeto de lei ampliando o prazo da quarentena e que cria outras regras para evitar eventuais conflitos de interesse (inclusive um período de quarentena para servidores aposentados).

Controle Social - ainda no exercício de 2003, foram iniciados estudos com vistas à reformulação dos Conselhos Municipais, encarregados de fiscalizar, em nível local, os programas sociais do Governo. Estudam-se alterações a serem introduzidas na legislação no tocante a sua composição e critérios de nomeação, de modo a torná-los independentes do poder público local. Além disso, programa-se um amplo plano de capacitação para membros desses conselhos e de informação à população sobre suas funções e responsabilidades.

Resumo dos principais resultados

Em 2003, a área de correição logrou empreender um fortalecimento de sua missão institucional, a partir da ampliação e aprofundamento do escopo de sua atuação. Nesse sentido, por exemplo, passou a figurar como um dos principais atores governamentais em questões de relevo, tais como o combate à lavagem de dinheiro. Rechaçou-se a impressão das corregedorias como meros desaguadouros de todas as denúncias recebidas pelo Poder Executivo Federal.

As parcerias estabelecidas com órgãos, como os Ministérios Públicos Federal e Estaduais, deram consistência a sua atuação no enfrentamento da corrupção.

Na mesma linha, centenas de sindicâncias e processos administrativos disciplinares foram instaurados a partir de requisições da Controladoria, como resultado dos trabalhos da auditoria e da correição. Tais procedimentos possivelmente não teriam sido realizados não fosse a intervenção da Controladoria. Com o reprojeto do sistema informatizado de PADs, previsto para 2004, será possível aperfeiçoar o registro e acompanhamento dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias em curso no Poder Executivo Federal.

Por outro lado, começa-se a buscar a adoção de medidas eficazes de prevenção à corrupção. Assim, a Controladoria, em 2003, passou a tratar, de forma inédita, de assuntos como os seguintes: prevenção de conflitos de interesses; ampliação da quarentena; flexibilização do sigilo bancário e fiscal de agentes públicos e de pessoas jurídicas que contratam com a Administração; e sindicância patrimonial. Várias dessas reflexões se transformaram em projetos que deverão ser apresentados ou implementados em 2004, conforme já explicitado acima.

Por fim, mas não menos importante, convém, uma vez mais, salientar o papel que as Corregedorias passaram a desempenhar como instância final do controle, integrando as ações de fiscalização, auditoria e correição.

Controle Interno

O Controle Interno do Poder Executivo Federal, sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União, é exercido pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, criada pela Medida Provisória nº 480, de 27 de abril de 1994, que organizou e disciplinou os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Desde a sua criação, em 1994, com vinculação ao Ministério da Fazenda, a então denominada Secretaria Federal de Controle vem sofrendo alterações, quer na sua estrutura organizacional, quer na metodologia de trabalho.

A partir desses atos a SFC reestruturou-se em uma nova organização, que passou a denominar-se Secretaria Federal de Controle Interno, integrando as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Civis, que, com a edição do Decreto nº 3.366, de 16 de fevereiro de 2000, foram extintas, com exceção das da Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Defesa e Ministério das Relações Exteriores. Os servidores e as funções alocados nas seccionais ministeriais foram integrados à SFC, cujas finalidades ficaram voltadas, principalmente, ao que determinam os artigos 70 e 74 da Constituição Federal.

Em 2001, houve a consolidação desse trabalho com a publicação da Lei nº 10.180, em 6 de fevereiro, que encerrou uma série de 88 reedições de medidas provisórias.

Em 2002, a SFC sofreu nova alteração quando, por meio do Decreto nº 4.113, de 5 de fevereiro, foi transferida da estrutura do Ministério da Fazenda para a da Casa Civil da Presidência da República e, logo após, em 28 de março do mesmo ano, por força do Decreto nº 4.177, transferida para a Corregedoria-Geral da União. Tal fato veio permitir que as funções do Controle Interno fossem integradas a órgão dotado de competência para dar executoriedade às recomendações do Controle Interno sempre que este constatar irregularidades na aplicação dos recursos públicos.

Por fim, a Medida Provisória nº 103, de 01/01/2003, convertida na Lei nº 10.683 de 28/05/2003, alterou a denominação da Pasta para Controladoria-Geral da União, assim como atribuiu ao seu titular a denominação Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Competências

Para desempenhar suas atribuições, de acordo com o Decreto nº 4.785, de 21/07/2003 e em consonância com a Portaria CGU nº 338, de 08/08/2003, a Secretaria Federal de Controle Interno conta com seis Diretorias, cujas competências estão descritas a seguir:

a) quatro Diretorias de Auditoria de Programas, das áreas Econômica, Social, de Infra-Estrutura e de Administração, às quais competem realizar as atividades relacionadas ao processo de fiscalização e auditoria nos programas do Plano Plurianual, orçamentos anuais e nas atividades específicas dos Ministérios;

b) uma Diretoria de Planejamento Estratégico e Avaliação das Ações de Controle, para coordenar as atividades internas de planejamento, realizar a aferição da qualidade dos procedimentos de controle interno;

c) uma Diretoria de Auditoria Especial e de Pessoal, para realizar ações de controle de consistência da folha de pagamento e verificação da exatidão dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões na Administração Pública Federal, elaborar as contas do governo e o acompanhamento da gestão fiscal e verificar, certificar e controlar as tomadas de contas especiais, dentre outras atividades; e

d) CGU's nos Estados, responsáveis pela execução das atividades de controle interno, sob a coordenação técnica e supervisão da SFC.

Forma de Atuação

No cumprimento de suas finalidades constitucionais o controle interno, do poder executivo federal, atua de forma a acompanhar e avaliar a execução das ações governamentais, a aplicação dos recursos orçamentários na execução dessas ações e a gestão dos agentes públicos responsáveis por sua implementação.

Essa atuação ampla se faz com base na aquisição de dados e processamento de informações sobre toda a atividade governamental, incluída aí, além da atuação dos agentes próprios do governo na esfera federal,

também aquela desenvolvida por agentes das outras esferas de governo e por agentes privados que também participam, e de forma crescente, na implementação das ações de governo.

A partir de 2003, com a introdução do Programa de Fiscalização em Municípios a partir de Sorteios Públicos, o controle interno passou a contar com reforço da maior relevância na sua capacidade de adquirir dados essenciais sobre a atuação dos diversos agentes e os resultados obtidos no desenvolvimento das ações governamentais. Instituído pela Portaria nº 247/CGU, de 20 de junho de 2003, esse novo instrumento inovou e ampliou de forma notável o âmbito de operações do controle e, concomitantemente, inaugurou um campo vital de ação, até então inexplorado pela atuação do Controle Interno. Tal campo é o da dissuasão da corrupção e da mobilização da sociedade para o exercício legítimo do controle dos gastos que se executam com recursos públicos. Promovendo de forma sistemática a exposição pública dos resultados obtidos pelas fiscalizações executadas sobre a aplicação dos recursos federais nos municípios sorteados, exposição essa executada de forma a atingir o mais amplamente possível toda a população, logrou-se obter um nível excepcional de penetração em todas as camadas populares e produzir resultados notáveis, alavancados pelo verdadeiro clamor público que as situações reveladas provocam, em termos de correção de erros e punição dos responsáveis pelas irregularidades identificadas. Processa-se assim, a olhos vistos, uma verdadeira revolução de costumes em nosso País.

Nessa nova era do controle interno, tem-se, portanto, graças ao acréscimo dos novos e poderosos meios de atuação às já tradicionais fiscalizações e auditorias, possibilidades, que já são demonstradas em resultados concretos, de realizar com melhor precisão e eficiência o acompanhamento e avaliação da execução das ações governamentais, e, por consequência, dos próprios recursos utilizados e da ação dos gestores respectivos.

Ainda, como resultante natural da evolução e ampliação das formas de atuação do controle interno, aperfeiçoam-se as avaliações de execução dos projetos financiados com recursos externos e projetos de cooperação internacional, as quais são, ao mesmo tempo, insumos e produtos do processo global de avaliação da execução dos programas governamentais. Insumos pelo que representam na execução das políticas públicas em que estão inseridos os projetos, e produtos, por se prestarem ao atendimento das exigências contratuais relativas aos relatórios de auditoria que precisam ser fornecidos pelo Governo aos organismos internacionais respectivos.

O acompanhamento e a avaliação da aplicação dos recursos públicos, sob o aspecto orçamentário, são operacionalizados mediante a coleta e análise de indicadores contábeis e financeiros – elaborados a partir dos dados existentes nos sistemas do governo federal – e o controle dos limites orçamentários e da disponibilidade financeira. Os resultados obtidos propiciam, além da atuação permanente junto aos gestores responsáveis visando a correção dos problemas detectados, a ratificação dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento aos artigos 54, inciso IV e 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A avaliação da gestão dos agentes públicos abrange um extenso e completo conjunto de aspectos. Trata de comprovar a legalidade e avaliar os resultados obtidos pelos gestores federais quanto a eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado. Trata, ainda, do exame da consistência das folhas de pagamento, dos processos de aposentadorias e pensões, assim como dos registros de admissão e desligamento de servidores públicos federais. Em última análise, como se vê, a avaliação de gestão se constitui em uma verdadeira síntese crítica da totalidade das ações desenvolvidas pelos gestores. Engloba, portanto, também os resultados das avaliações produzidas sobre a execução das ações e a aplicação dos recursos orçamentários. Assim, também as avaliações de gestão se beneficiam dos melhores resultados obtidos nas etapas anteriores.

Como última etapa do ciclo anual do controle interno, todos os resultados obtidos subsidiam o preparo dos elementos que vão compor o Balanço Geral da União, tal como determinado na Constituição Federal.

Avaliação da Execução dos Programas de Governo e da Gestão dos Administradores Públicos Federais

Em cumprimento às atribuições legais e regimentais, no que concerne à avaliação da execução dos programas de governo e da gestão dos administradores públicos federais, foram realizadas 23.108 ações de controle, sendo 19.943 fiscalizações e 3.165 auditorias, em todos os Estados, abrangendo 1.388 municípios, representando um grau de cobertura geográfica de 25% dos 5.560 Municípios do País, com distribuição apresentada na tabela seguinte, porém as ações de controle realizadas no Distrito Federal ficaram fora da tabela para evitar que os resultados distorcessem os dados.

COBERTURA GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DE CONTROLE

UF	QTDE MUNIC.NO ESTADO	PERC.	PRESENÇA SFC	PERC.
AC	22	0,4%	15	68,2%
AL	102	1,8%	18	17,6%
AM	62	1,1%	18	29,0%
AP	16	0,3%	10	62,5%
BA	417	7,5%	86	20,6%
CE	184	3,3%	116	63,0%
DF	1	0,0%	1	100,00%
ES	78	1,4%	49	62,8%
GO	246	4,4%	77	31,3%
MA	217	3,9%	48	22,1%
MG	853	15,3%	186	21,8%
MS	77	1,4%	32	41,6%
MT	139	2,5%	38	27,3%
PA	143	2,6%	51	35,7%
PB	223	4,0%	27	12,1%
PE	185	3,3%	42	22,7%
PI	222	4,0%	43	19,4%
PR	399	7,2%	143	35,8%
RJ	92	1,7%	55	59,8%
RN	167	3,0%	33	19,8%
RO	52	0,9%	18	34,6%
RR	15	0,3%	11	73,3%
RS	497	8,9%	55	11,1%
SC	293	5,3%	50	17,1%
SE	75	1,3%	26	34,7%
SP	645	11,6%	100	15,5%
TO	139	2,5%	41	29,5%
Total	5.560	100%	1.388	25,0%

Fonte: Sistema Ativa/SFC

Relativamente ao orçamento de 2003, foram contemplados com ações de controle 193 Programas, sendo 152 referentes ao Orçamento Fiscal e Seguridade Social, sete referentes ao Orçamento de Investimento e 34 programações não explicitadas no orçamento, totalizando um volume de recursos no valor de R\$ 57.195.277.135,00.

Observa-se pela análise a seguir, que houve um acréscimo de 4.245 na quantidade de ações de controle realizadas no exercício de 2003, o que representa incremento de 22,50% em relação a 2002, em função, principalmente, das fiscalizações no âmbito do Projeto Sorteio e do incremento nas auditorias de acompanhamento e de avaliação de gestão.

EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES

TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	2000	2001	2002	2003
Auditoria de Avaliação de Gestão**	1.059	1.050	1.091	1.121
Auditoria de Acompanhamento da Gestão*	245	995	1.260	1.712
Auditoria de Contábil/Recursos Externos	164	257	409	332
Fiscalização por meio de sorteios públicos				14.095
Outras fiscalizações	17.123	14.526	16.103	5.848
TOTAL	18.591	16.828	18.863	23.108

Fonte: sistema ATIVA/SFC/MF

*Inclui auditorias operacionais / ** Inclui Auditorias Especiais e Extraordinárias

Na atividade de Auditoria, destaca-se que foram cumpridos os prazos legais de entrega das auditorias de gestão ao TCU, exceção dos processos em que houve solicitação de prorrogação de prazo, devido à

complexidade dos trabalhos ou falta de encaminhamento de informações por parte do gestor, tendo o Tribunal aprovado as referidas solicitações.

Restou, ainda, uma demanda reprimida de 8.318 fiscalizações, relativas a 2003 e exercícios anteriores, cujas ordens de serviço expedidas, conforme demonstrado, não puderam ser executadas, dentre outros motivos, pelo quantitativo insuficiente da força de trabalho da Secretaria.

Auditorias de Recursos Externos

A carteira de projetos auditada pela SFC em 2003 totalizou 166 projetos, sendo que 111 referentes à cooperação técnica internacional e 55 a financiamentos externos, relativamente a Acordos de Empréstimo BIRD, Doações BIRD, Contratos de Empréstimo BID, Acordo de Cooperação BID; Acordo de Empréstimo JBIC (Metrô de Fortaleza), Acordo de Empréstimo das Comunidades Européias, Projetos de Cooperação Técnica com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Projetos de Cooperação Técnica com Programa das Nações Unidas de Controle das Drogas - UNDCP, Projetos de Cooperação Técnica com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais – OIMT, projetos com a Organização Mundial de Meteorologia – OMM e Projetos de Cooperação Técnica com a Organização FAO.

Da amostra fiscalizada, relativamente à Carteira de Cooperação Técnica Recebida Multilateral, que representou 23,37% do total de 475 projetos em execução, foram identificadas impropriedades em 71 projetos, os quais foram ressaltados em um relatório consolidado, encaminhado ao Organismo Internacional e à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE. Os demais 40 projetos não apresentaram constatações relevantes. O valor total de recursos auditados foi de, aproximadamente, US\$ 210 milhões, de um total de recursos utilizados de cerca de US\$ 330 milhões.

Quanto aos registros contábeis, foram constatadas divergências que totalizaram US\$ 5 milhões, os quais sofreram ajustes para regularizar suas demonstrações financeiras. Além disso, as despesas realizadas fora dos procedimentos aceitáveis e que demandaram algum tipo de glosa de valores, totalizaram US\$ 10,8 milhões.

Os 55 projetos com financiamentos externos captados pelo Governo Federal, auditados pela SFC, representam um total de recursos da ordem de R\$ 4,28 bilhões.

Tomada de Contas Especial

Conforme determinado na IN/TCU nº 013/1996, e suas alterações, ao órgão de Controle Interno caberá, além da emissão do Relatório de Tomada de Contas Especial e do Certificado de Auditoria, manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando inclusive as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

A SFC auditou, no exercício de 2003, 1.751 processos de Tomadas de Contas Especiais. Destes, 1.424 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União e os 327 restantes foram devolvidos em diligências aos órgãos instauradores para revisão e/ou complementação de dados e/ou informações. Nesse mesmo período, foram devidamente concluídas 256 Diligências originárias do TCU, do Ministério Público Federal, das Procuradorias Estaduais e da Polícia Federal.

Conforme se observa pela análise das tabelas a seguir, houve um acréscimo de 487 na quantidade de processos de TCE certificados e encaminhados ao TCU em 2003, em relação a 2002 (937 em 2002 e 1.424 em 2003), que representa incremento de 51,97 %, fato que demonstra o esforço que vem sendo empreendido pelo setor para dar celeridade às análises dos processos da espécie, tarefa essa facilitada, de certo modo, em face da parceria que a DPTCE vem mantendo com os órgãos gestores, por meio de contatos sistemáticos, treinamentos repassados e da expedição de orientações quanto à melhor forma de proceder, relativamente à formalização das contas.

PROCESSOS DE TCE ENCAMINHADOS AO TCU – ORIGEM

MINISTÉRIO	QUANTIDADE 2002	%	QUANTIDADE 2003	%
MEC – Ministério da Educação	124	13,25	758	53,36
MS – Ministério da Saúde	303	32,25	261	18,33
MF – Ministério da Fazenda	49	5,24	83	5,69
MMA – Ministério do Meio Ambiente	37	3,95	50	3,52
MI – Ministério da Integração Nacional	55	5,9	42	2,95
MAS – Ministério da Assistência Social	47	5,02	41	2,88
Minc – Ministério da Cultura	42	4,49	38	2,67
MAPA – Ministério da Agric. Pecuária e Abastecimento	60	6,41	29	2,04
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia	27	2,88	26	1,83
MET – Ministério do Esporte e Turismo	49	5,24	22	1,54
MT – Ministério dos Transportes	20	2,13	16	1,12
MC – Ministério das Comunicações	70	7,48	15	1,05
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	9	0,96	13	0,91
MPS – Ministério da Previdência Social	0	0	9	0,64
MDIC – Ministério do Desenv., Ind. e Comércio Exterior	25	2,67	5	0,35
Outros	20	2,13	16	1,12
TOTAL	937	100	1.424	100

PROCESSOS DE TCE ENCAMINHADOS AO TCU - MOTIVOS DE INSTAURAÇÃO

MOTIVO	QUANTIDADE 2002	%	QUANTIDADE 2003	%
Omissão no dever de prestar contas	235	25,11	772	54,22
Irregularidades na aplicação dos recursos	128	13,68	184	12,94
Prejuízos causados por servidor ou funcionário público	136	14,53	100	7,02
Irregularidades na prestação de contas	42	4,49	96	6,74
Não-cumprimento do objeto conveniado	80	8,55	61	4,28
Irregularidades na execução do Convênio/Contrato	41	4,38	60	4,21
Não aprovação da prestação de contas	133	14,10	43	3,03
Decisão do Tribunal de Contas da União	18	1,92	26	1,82
Descumprimento compromisso assumido junto ao CNPq	19	2,03	24	1,68
Execução parcial do Convênio	24	2,56	19	1,33
Cobrança irregular do SIA/SUS e AIH's	15	1,60	11	0,77
Impugnação de Despesas	18	1,92	10	0,70
Aprovação Parcial da Prestação de Contas	32	3,42	07	0,49
Outros	16	1,71	11	0,77
TOTAL	937	100,00	1.424	100,00

No que se refere aos processos devolvidos aos órgãos de origem, em diligência, observa-se um decréscimo de 25,17% no quantitativo de casos ocorridos no exercício de 2003 em relação a 2002 (437 em 2002 e 327 em 2003), fato que evidencia terem os órgãos/entidades instauradores assimilado as orientações formuladas por esta Secretaria, estando essa posição demonstrada nas tabelas a seguir:

PROCESSOS DE TCE DILIGENCIADOS POR MINISTÉRIO

MINISTÉRIO	QUANTIDADE 2002	%	QUANTIDADE 2003	%
MS – Ministério da Saúde	138	31,58	96	29,36
MEC – Ministério da Educação	19	4,35	65	19,88
MF – Ministério da Fazenda	19	4,35	48	14,68
MAS – Ministério da Assistência Social	31 (*)	7,09	22	6,73
MAPA – Ministério da Agric. Pecuária e Abastecimento	22	5,03	19	5,82
MMA – Ministério do Meio Ambiente	16	3,66	18	5,50
MI – Ministério da Integração Nacional	10	2,29	13	3,97
Minc – Ministério da Cultura	19	4,35	11	3,36
MET – Ministério do Esporte e Turismo	20	4,58	07	2,14
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	12	2,75	04	1,22
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	09	2,06	04	1,22
MJ – Ministério da Justiça	100	22,88	00	0,00
Outros	22	5,03	20	6,12
TOTAL	437	100,00	327	100,00

(*) Antigo MPAS

PROCESSOS DE TCE DILIGENCIADOS POR MOTIVO DE INSTAURAÇÃO

MOTIVO	QUANTIDADE 2002	%	QUANTIDADE 2003	%
Omissão no dever de prestar contas	83	18,99	78	23,86
Prejuízos causados por servidor ou funcionário público	112	25,63	47	14,38
Não aprovação da prestação de contas	68	15,56	38	11,62
Irregularidades na aplicação dos recursos	33	7,55	34	10,39
Irregularidades na prestação de contas	15	3,43	26	7,95
Irregularidades na execução do Convênio/Contrato	18	4,12	26	7,95
Não-cumprimento do objeto conveniado	27	6,18	12	3,67
Decisão do Tribunal de Contas da União	08	1,83	09	2,76
Aprovação Parcial da Prestação de Contas	15	3,43	09	2,76
Cobrança irregular do SAI/SUS e AIH's	15	3,43	08	2,44
Impugnação de Despesas	13	2,97	08	2,44
Não aplicação dos recursos no mercado financeiro	00	0,00	08	2,44
Descumprimento compromisso assumido junto ao CNPq	05	1,16	05	1,53
Execução parcial do Convênio	12	2,75	05	1,53
Outros	13	2,97	14	4,28
TOTAL	437	100,00	327	100,00

No exercício de 2003, a SFC ministrou, ainda, dois treinamentos na área de tomada de contas especial, oferecidos ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, ambos realizados em Brasília. Para o segundo, a participação da Secretaria foi em conjunto com o Tribunal de Contas da União.

Análise de Processos de Pessoal

Conforme determina a IN/TCU n° 044/2002, de 02/10/2002, e o Artigo 12 da Portaria CGU/PR n.º 289, de 20/12/2002, cabe ao órgão de Controle Interno verificar a exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e ao desligamento de pessoal, ainda, à concessão de aposentadorias e pensões na administração federal direta, autárquica e fundacional, bem como às admissões e desligamentos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.

Desde 2002, a SFC vem testando nova metodologia de análise de processos, que consiste em analisar os processos de pessoal na própria unidade de recursos humanos.

Essa metodologia permitiu regularizar cerca de 90% das impropriedades in loco, reduzindo-se, substancialmente, o número de diligências (em média 50% em relação à metodologia anterior). Com essa forma de trabalho, houve um acréscimo na análise de atos de aposentadoria e pensão de cerca de 70% em relação ao exercício de 2002.

Foram disponibilizados indicadores/indicativos, por intermédio do sistema DW/SIAPE, que subsidiaram a elaboração de procedimentos de Auditoria visando à Avaliação da Gestão.

No período 2001/2003, foram analisados os seguintes quantitativos de atos de pessoal, inclusive por solicitações do TCU por intermédio de comunicações processuais:

QUANTIDADE DE PROCESSOS ANALISADOS POR TIPO DE ATO NO PERÍODO 2001/2003

TIPO DE ATO	QUANTIDADE ANALISADA		
	2001	2002	2003
Aposentadoria	1.255	1.406	2.555
Pensão	1.122	1.472	2.173
Admissão	15.218	11.816	29.573
Desligamento	10.154	8.325	3.836
TOTAL	29.750	25.021	40.140

O resultado dessas análises com valores, diligências e encaminhamentos, no exercício de 2003, foi o seguinte:

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIAS 2003

	Valores analisados sem indícios de irregularidades	Valores analisados com indícios de irregularidades/impropriedades	Valores analisados que resultaram diligências, sem indícios de irregularidades/impropriedades
Valor médio (4)	2.413,00	260,00	2.413,00
Quantidade	1.885	43	627
Valor Mensal	4.548.505,00	11.180,00	1.512.951,00
Valor Anual	59.130.565,00	145.340,00	19.668.363,00

* Valor médio obtido no Boletim de Pessoal da SRH/MP – Julho/2003

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PENSÕES 2003

	Valores analisados sem indícios de irregularidades	Valores analisados com indícios de irregularidades/impropriedades	Valores analisados que resultaram diligências, sem indícios de irregularidades/impropriedades
Valor médio *	1.949,00	260,00	1.949,00
Quantidade	1.792	16	365
Valor Mensal	3.492.608,00	4.160,00	711.385,00
Valor Anual	45.403.904,00	54.080,00	9.248.005,00

* Valor médio obtido no Boletim de Pessoal da SRH/MP – Julho/2003

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ADMISSÕES 2003

	Valores analisados sem indícios de irregularidades	Valores analisados com indícios de irregularidades/impropriedades	Valores analisados que resultaram diligências, sem indícios de irregularidades/impropriedades
Valor médio*	3.791,00	3.791,00	3.791,00
Quantidade	29.412	0	161
Valor Mensal	111.500.892,00	0,00	610.351,00
Valor Anual	1.449.511.596,00	0,00	7.934.563,00

* Valor médio obtido no Boletim de Pessoal da SRH/MP – Julho/2003

Outra atividade que está sendo desenvolvida, ainda não implementada, é a sistemática de cruzamento de informações objetivando aprimorar a análise. Assim, verificou-se que é possível realizar um batimento entre o sistema SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões, do Tribunal de Contas da União, e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando adequar procedimentos e a emitir automaticamente as fichas para o TCU.

Cabe ressaltar que, em 1998, tentou implementar-se tal sistemática de trabalho, porém não se logrou êxito tendo em vista que o sistema SIAPE não emitia diretamente, por diversos motivos, as fichas solicitadas pelo TCU. Contudo, em 2002, foi obtido acesso ao Data Warehouse – DW, software que permite acesso ao Sistema SIAPE, retirando daquele sistema as diversas informações, de forma organizada e mais simples.

Esse facilitador seria a utilização do DW, para extração dos dados do sistema SIAPE, solicitação ao TCU da base de dados do Sistema SISAC e comparação entre os bancos de dados disponíveis, quer seja pelo Excel, quer seja pela ferramenta ACL. Como ainda não foi possível realizar o cruzamento entre as informações dos diversos sistemas, criou-se uma nova metodologia para análise de atos de admissão e desligamento, que agilizam a análise. Para tanto criou-se uma planilha no sistema ACCESS e outra no sistema EXCEL, que tratam os dados e fazem críticas em todos os campos da ficha SISAC de admissão. Assim, pode-se analisar tais atos por amostragem, mesma técnica utilizada em auditorias.

A área de pessoal realizou, ainda, em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, treinamentos nos Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina, os quais contaram com a participação de servidores das CGU's dos Estados do RJ, ES, MG, SP, PR, SC, RS, e servidores do Tribunal de Contas da União. Tais treinamentos tiveram duração de 40 horas e os temas versaram sobre os procedimentos de Auditoria da Área de Pessoal, Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n.º 20/98), Sistemas SIAPE e SISAC e análise de processos de pensão, aposentadoria e admissão.

Balanço Geral da União – BGU

Também é de responsabilidade da Controladoria-Geral da União, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, denominada Balanço Geral da União – BGU. Os órgãos envolvidos diretamente no processo de elaboração do BGU são a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF e o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MPOG, sendo executadas as seguintes atividades:

ÓRGÃO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
SFC	Coordenou todo o processo de elaboração (solicitação, recebimento, leitura e agrupamento) de todas as informações, bem como formatação final para encadernação.
SFC e STN	A SFC foi a responsável pelo monitoramento do processo como um todo, sendo a STN/CCONT a responsável pela elaboração dos respectivos balanços.
SFC e DEST	A SFC foi a responsável pelo monitoramento do processo como um todo, sendo a DEST/MPOG a responsável pela elaboração do respectivo demonstrativo.

Em 2003, as principais atividades desenvolvidas com relação ao BGU foram as seguintes: monitoramento das ações de governo que foram enviadas à SPI/MPOG, para compor os anexos do BGU (2002) – execução física; recepção/análise das informações recebidas dos órgãos específicos; agrupamento e formatação das Informações que foram inseridas no Volume I das contas do exercício de 2002; monitoramento do processo de conversão dos arquivos (WORD para PDF); envio e monitoramento dos arquivos para a Gráfica do Senado para impressão - 238.000 - duzentas e trinta e oito mil páginas (cópias) e encadernação de 280 volumes, elaboração da exposição de motivos para envio do BGU à Casa Civil; homologação do BGU na Internet; recebimento e distribuição dos CD-ROM; avaliação do relatório anterior (2003) e os incrementos para o exercício (2004) junto ao Tribunal de Contas da União; elaboração dos ofícios e memorandos para os secretários executivos, os assessores especiais de controle interno, os diretores da SFC e para os órgãos específicos, repassando as diretrizes do Tribunal de Contas da União, bem como disciplinando o processo de envio das informações; definição de procedimentos de emissão das planilhas com as metas físicas junto à SPI/MPOG e recebimento das ações que irão compor o BGU – 2003 – conferência com SIGPLAN - envio à SPI/MPOG

O prazo constitucional para entrega das contas do Presidente da República é 15 de abril. A SFC entregou as citadas contas, do exercício de 2002, ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência para envio à Casa Civil em 10 de abril de 2003.

Lei de Responsabilidade Fiscal

A Secretaria Federal de Controle Interno - SFC é o órgão responsável pelo processo de ratificação dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal de que trata os artigos 54, inciso IV e 59, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, tem periodicidade de elaboração e publicação quadrimestral, sendo composto de informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro, de cada exercício, das inscrições em restos a pagar e das despesas com serviços de terceiros. Durante o exercício de 2003, a SFC procedeu à verificação da consistência dos seguintes relatórios:

QUADRIMESTRE	MÊS/ ELABORAÇÃO	ATA DA PUBLICAÇÃO	DEMONSTRATIVOS
3º de 2002	Janeiro/2003	30/01/2003	Demonstrativo da Despesa com Pessoal Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Demonstrativo das Operações de Crédito Demonstrativo dos Limites Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Demonstrativo dos Restos a Pagar Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros
1º de 2003	Mairo/2003	30/05/2003	Demonstrativo da Despesa com Pessoal Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Demonstrativo das Operações de Crédito Demonstrativo dos Limites
2º de 2003	Setembro/2003	30/09/2003	Demonstrativo da Despesa com Pessoal Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Demonstrativo das Operações de Crédito Demonstrativo dos Limites

O planejamento dessa atividade consistiu na seleção das contas contábeis que iriam compor as informações de cada item do relatório, com conseqüente criação/revisão das consultas gerenciais no SIAFI Gerencial. A execução esteve voltada para a elaboração das consultas no sistema informatizado SIAFI Gerencial - ferramenta indissociável do processo. Tais consultas foram elaboradas levando-se em conta os elementos intrínsecos contidos em cada item do relatório.

Cabe ressaltar que, durante o acompanhamento dos limites das despesas de pessoal e dívida de 2003, nos três quadrimestres verificados, o Poder Executivo permaneceu dentro dos limites prudenciais estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.